

Sumário

INSTRUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ÍNDICE TEMÁTICO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DA OIT⁽⁵⁾

Convenções Fundamentais da OIT

— C029 — Convenção n. 29 da OIT concernente a trabalho forçado ou obrigatório.....	116
— P029 — Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930	346
— C087 — Convenção n. 87 — Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.....	287
— C098 — Convenção n. 98 da OIT relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva	107
— C100 — Convenção n. 100 da OIT concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor	128
— C105 — Convenção n. 105 da OIT concernente à abolição do trabalho forçado.....	138
— C111 — Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão	141
— C138 — Convenção n. 138 da OIT, sobre idade mínima de admissão ao emprego	209
— C155 — Convenção n. 155 da OIT sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.....	173
— C182 — Convenção n. 182 relativa à proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação.....	204
— C187 — Convenção sobre o Marco de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, 2006 (n. 187).....	335

Instrumentos sobre governança laboral

— C081 — Convenção n. 81 da OIT concernente à inspeção do trabalho na indústria e no comércio.....	119
— C122 — Convenção n. 122 da OIT sobre política de emprego.....	149
— C129 — Convenção no. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura.....	301
— C144 — Convenção n. 144 sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho	188
— C160 — Convenção n. 160 da OIT sobre estatísticas do trabalho	169
— R081 — Recomendación sobre la inspección del trabajo, 1947 (núm. 81).....	392
— R082 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (minas y transporte), 1947 (núm. 82).....	393
— R133 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (núm. 133)	432
— R152 — Recomendación sobre la consulta tripartita (actividades de la Organización Internacional del Trabajo), 1976 (núm. 152)	438
— R158 — Recomendación sobre la administración del trabajo, 1978 (núm. 158).....	446
— R170 — Recomendación sobre estadísticas del trabajo, 1985 (núm. 170).....	467

Instrumentos sobre abolição do trabalho forçado

Convenções fundamentais sobre abolição do trabalho forçado

— C029 — Convenção n. 29 da OIT concernente a trabalho forçado ou obrigatório.....	116
— P029 — Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930	346
— C105 — Convenção n. 105 da OIT concernente à abolição do trabalho forçado.....	138

Outros instrumentos sobre abolição do trabalho forçado

— R035 — Recomendación sobre la imposición indirecta del trabajo, 1930 (núm. 35)	379
— R203 — Recomendación sobre el trabajo forzoso (medidas complementarias), 2014 (núm. 203).....	495

(5) O índice temático dos instrumentos da OIT se baseou na classificação temática dos instrumentos normativos da OIT realizada por esta organização.

Instrumentos sobre combate à discriminação no trabalho

Convenções fundamentais sobre combate à discriminação no trabalho

- C100 — Convenção n. 100 da OIT concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor 128
- C111 — Convenção n. 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão 141

Outros instrumentos sobre combate à discriminação nas relações laborais

- C019 — Convenção n. 19 da OIT concernente à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização por acidentes no trabalho 115
- C118 — Convenção n. 118 da OIT sobre igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social... 146
- C156 — Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família 315
- R090 — Recomendação sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor (1951)..... 350
- R111 — Recomendação sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (1958)..... 351
- R165 — Recomendação sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família (1981) 356

Instrumentos sobre liberdade sindical e negociação coletiva

Convenções fundamentais sobre liberdade sindical e negociação coletiva

- C087 — Convenção n. 87 — Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical..... 287
- C098 — Convenção n. 98 da OIT relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva 107

Outros instrumentos sobre liberdade sindical e negociação coletiva

- C011 — Convenção n. 11 da OIT concernente aos direitos de associação e de união dos trabalhadores agrícolas..... 112
- C135 — Convenção n. 135 da OIT sobre a proteção de representantes de trabalhadores 167
- C141 — Convenção n. 141 da OIT relativa às organizações de trabalhadores rurais e sua função no desenvolvimento econômico e social..... 183
- C144 — Convenção n. 144 da OIT sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho.... 188
- C151 — Convenção n. 151 sobre as relações de trabalho na administração pública 228
- C154 — Convenção n. 154 da OIT sobre o incentivo à negociação coletiva..... 177
- R091 — Recomendación sobre los contratos colectivos, 1951 (núm. 91)..... 400
- R113 — Recomendación sobre la consulta (ramas de actividad económica y ámbito nacional), 1960 (núm. 113) 413
- R143 — Recomendação sobre Proteção e Facilidades a serem Dispensadas a Representantes de Trabalhadores na Empresa (1971) ... 352
- R149 — Recomendação sobre Organizações de Trabalhadores Rurais e seu Papel no Desenvolvimento Econômico e Social (1977)... 354
- R152 — Recomendación sobre la consulta tripartita, 1976 (núm. 152)..... 438
- R159 — Recomendação n. 159 sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública (1978) 230; 356
- R163 — Recomendação sobre a Promoção da Negociação Coletiva (1981) 356
- Procedimientos especiales de la Organización Internacional del Trabajo para el examen de quejas por violaciones al ejercicio de la libertad sindical 68

Instrumentos sobre combate ao trabalho infantil

Convenções fundamentais sobre combate ao trabalho infantil

- C138 — Convenção n. 138 da OIT, sobre idade mínima de admissão ao emprego 209
- C182 — Convenção n. 182 relativa à proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação..... 204

Outros instrumentos sobre proteção da criança e do adolescente

- C006 — Convenção n. 6 da OIT relativa ao trabalho noturno das crianças na indústria 97
- C124 — Convenção n. 124 da OIT concernente ao exame médico para determinação da aptidão dos adolescentes a emprego em trabalhos subterrâneos nas minas 153

— R079 — Recomendación sobre el examen médico de aptitud para el empleo de los menores, 1946 (núm. 79).....	391
— R125 — Recomendación sobre las condiciones de empleo de los menores (trabajo subterráneo), 1965.....	428
— R146 — Recomendação n. 146 sobre idade mínima de admissão ao emprego.....	211; 353
— R190 — Recomendação sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação (1999).....	205; 363

Instrumentos sobre saúde e segurança no trabalho (SST) e meio ambiente laboral

Convenções fundamentais sobre meio ambiente laboral e saúde e segurança no trabalho

— C155 — Convenção n. 155 da OIT sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.....	173
— C187 — Convenção n. 187 sobre o Marco de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, 2006.....	335

Tratados internacionais sobre meio ambiente laboral e SST

— C045 — Convenção n. 45 da OIT relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterráneos nas minas de qualquer categoria...	100
— C081 — Convenção n. 81 da OIT concernente à inspeção do trabalho na indústria e no comércio.....	119
— P081 — Protocolo n. 081 — Protocolo de 1995 relativo al Convenio sobre la inspección del trabajo, 1947.....	327
— C115 — Convenção n. 115 da OIT sobre a proteção contra as radiações ionizantes.....	142
— C119 — Convenção n. 119 da OIT sobre proteção das máquinas.....	176
— C120 — Convenção n. 120 da OIT sobre a higiene no comércio e nos escritórios.....	148
— C121 — Convenio n. 121 — Convenio sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964.....	288
— C127 — Convenção n. 127 da OIT relativa ao peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador.....	150
— C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura.....	301
— C136 — Convenção n. 136 da OIT sobre a proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno.....	172
— C139 — Convenção n. 139 da OIT sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos.....	168
— C148 — Convenção n. 148 da OIT sobre a proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho.....	155
— C152 — Convenção n. 152 da OIT relativa à segurança e higiene nos trabalhos portuários.....	157
— C155 — Convenção n. 155 da OIT sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho.....	173
— P155 — Protocolo de 2002 relativo à Convenção sobre a segurança e saúde dos trabalhadores, 1981.....	336
— C161 — Convenção n. 161 da OIT relativa aos serviços de saúde do trabalho.....	164
— C162 — Convenção n. 162 da OIT sobre a utilização do asbesto com segurança.....	161
— C167 — Convenção n. 167 sobre a segurança e saúde na construção.....	222
— C170 — Convenção n. 170 da OIT relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.....	189
— C174 — Convenção n. 174 sobre a prevenção de acidentes industriais maiores.....	206
— C176 — Convenção n. 176 sobre segurança e saúde nas minas.....	217
— C184 — Convenção n. 184 — Convenção sobre a segurança e a saúde na agricultura,.....	332
— C187 — Convenção sobre o Marco de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, 2006.....	335

Recomendações sobre meio ambiente laboral e saúde e SST

— R081 — Recomendación sobre la inspección del trabajo, 1947 (núm. 81).....	392
— R082 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (minas y transporte), 1947 (núm. 82).....	393
— R097 — Recomendación sobre la protección de la salud de los trabajadores, 1953 (núm. 97).....	401
— R102 — Recomendación sobre los servicios sociales, 1956 (núm. 102).....	405
— R114 — Recomendación sobre la protección contra las radiaciones, 1960 (núm. 114).....	413
— R115 — Recomendación sobre la vivienda de los trabajadores, 1961 (núm. 115).....	414
— R120 — Recomendación sobre la higiene (comercio y oficinas), 1964 (núm. 120).....	419
— R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121)....	423

— R133 — Recomendação sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (n.º 133)	432
— R147 — Recomendação sobre el cáncer profesional, 1974 (n.º 147)	435
— R156 — Recomendação sobre el medio ambiente de trabajo (contaminación del aire, ruido y vibraciones), 1977 (n.º 156)	439
— R160 — Recomendação sobre seguridad e higiene (trabajos portuarios), 1979 (n.º 160).....	447
— R164 — Recomendação sobre seguridad y salud de los trabajadores, 1981 (n.º 164).....	451
— R171 — Recomendação sobre los servicios de salud en el trabajo, 1985 (n.º 171).....	468
— R172 — Recomendação sobre el asbesto, 1986 (n.º 172)	471
— R175 — Recomendação sobre segurança e saúde na construção, 1988	225; 358
— R177 — Recomendação sobre los productos químicos, 1990 (n.º 177)	475
— R181 — Recomendação n. 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993)	209; 360
— R183 — Recomendação n. 183 sobre segurança e saúde nas minas.....	219; 361
— R192 — Recomendação sobre Segurança e Saúde na Agricultura (2001)	364
— R194 — Recomendação sobre la lista de enfermedades profesionales, 2002 (n.º 194)	488
Agricultura. Trabalho rural	
— C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura.....	301
— R133 — Recomendação sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (n.º 133)	432
— C184 — Convenção n. 184 — Convenção sobre a segurança e a saúde na agricultura	332
Produtos químicos. Instrumentos gerais sobre segurança química	
— C170 — Convenção n. 170 da OIT relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.....	189
— C174 — Convenção n. 174 da OIT sobre a prevenção de acidentes industriais maiores	206
— R177 — Recomendação sobre los productos químicos, 1990 (n.º 177)	475
— R181 — Recomendação n. 181 da OIT sobre a prevenção de acidentes industriais maiores.....	209; 360
Ar. Poluição	
— C148 — Convenção n. 148 da OIT sobre a proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho.....	155
— R156 — Recomendação sobre el medio ambiente de trabajo (contaminación del aire, ruido y vibraciones), 1977 (n.º 156)	439
Benzeno	
— C136 — Convenção n. 136 da OIT sobre a proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno.....	172
Câncer ocupacional	
— C139 — Convenção n. 139 da OIT sobre a prevenção e o controle de riscos profissionais causados pelas substâncias ou agentes cancerígenos.....	168
— R147 — Recomendação sobre el cáncer profesional, 1974 (n.º 147)	435
Construção	
— C167 — Convenção n. 167 da OIT sobre a segurança e saúde na construção	222
— R175 — Recomendação n. 175 sobre segurança e saúde na construção.....	225; 358
Mineração	
— C176 — Convenção n. 176 da OIT sobre segurança e saúde nas minas	217
— R183 — Recomendação n. 183 da OIT sobre segurança e saúde nas minas	219; 361
Mineração. Amianto	
— C162 — Convenção n. 162 da OIT sobre a utilização do asbesto com segurança.....	161
— R172 — Recomendação sobre el asbesto, 1986 (n.º 172)	471
Radiações	
— C115 — Convenção n. 115 da OIT sobre a proteção contra as radiações ionizantes.....	142

Acidentes de trabalho. Doenças ocupacionais

— C012 — Convenção n. 12 da OIT concernente à indenização por acidentes no trabalho na agricultura.....	113
— C019 — Convenção n. 19 da OIT concernente à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização por acidentes no trabalho	115
— C042 — Convenção n. 42 da OIT relativa à indenização das moléstias profissionais.....	98
— C174 — Convenção n. 174 sobre a prevenção de acidentes industriais maiores	206
— R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121).....	423
— R181 — Recomendação n. 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993).....	209; 360
— R194 — Recomendación sobre la lista de enfermedades profesionales, 2002 (núm. 194)	488

Acesso ao mercado de trabalho. Agências de emprego. Proteção contra o desemprego

— C088 — Convenção n. 88 da OIT concernente à organização do serviço de emprego.....	122
— C122 — Convenção n. 122 da OIT sobre política de emprego.....	149
— C142 — Convenção n. 142 da OIT sobre a orientação profissional e a formação profissional no desenvolvimento de recursos humanos	157
— C158 — Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador	321
— C168 — Convenção n. 168 da OIT relativa à promoção do emprego e a proteção contra o desemprego	196
— C181 — Convenção n. 181 — Convenção relativa às agências de emprego privadas, 1997.....	329
— R083 — Recomendación sobre el servicio del empleo, 1948 (núm. 83)	393
— R122 — Recomendación sobre la política del empleo, 1964 (núm. 122).....	424
— R169 — Recomendación sobre la política del empleo (disposiciones complementarias), 1984 (núm. 169)	463
— R176 — Recomendación sobre el fomento del empleo y la protección contra el desempleo, 1988 (núm. 176).....	474
— R188 — Recomendación sobre las agencias de empleo privadas, 1997 (núm. 188).....	484
— R189 — Recomendación sobre la creación de empleos en las pequeñas y medianas empresas, 1998 (núm. 189)	485
— R195 — Recomendação sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos: Educação, Formação e Aprendizagem permanente (2004).....	368
— R198 — Recomendación sobre la relación de trabajo, 2006 (núm. 198).....	492
— R205 — Recomendación sobre el empleo y el trabajo decente para la paz y la resiliencia, 2017 (núm. 205).....	500

Administração Pública

— C094 — Convenção n. 94 da OIT sobre as cláusulas de trabalho nos contratos firmados por autoridade pública.....	131
— C151 — Convenção n. 151 da OIT sobre as relações de trabalho na administração pública	228
— R159 — Recomendação n. 159 da OIT sobre as relações de trabalho na administração pública.....	230; 356

Assédio e violência no trabalho

— C190 — Convenção n. 190 — Convenção sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho	347
— R206 — Recomendación sobre la violencia y el acoso, 2019 (núm. 206).....	505

Cooperativas

— R193 — Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas (2002).....	366
--	-----

Duração do trabalho. Limites à duração do trabalho. Trabalho noturno. Trabalho a tempo parcial

— C014 — Convenção n. 14 da OIT concernente à concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais.....	114
— C089 — Convenção n. 89 da OIT relativa ao trabalho noturno das mulheres ocupadas na indústria (revista em 1948)	124
— C106 — Convenção n. 106 da OIT relativa ao repouso semanal no comércio e nos escritórios.....	139
— C132 — Convenção n. 132 da OIT relativa às férias anuais remuneradas.....	201
— C140 — Convenção n. 140 da OIT sobre licença remunerada para estudos.....	181
— C171 — Convenção n. 171 da OIT relativa ao trabalho noturno	212

— C175 — Convenção n. 175 — Sobre o Trabalho a Tempo Parcial	325
— R103 — Recomendación sobre el descanso semanal (comercio y oficinas), 1957 (núm. 103)	407
— R116 — Recomendación sobre la reducción de la duración del trabajo, 1962 (núm. 116)	418
— R178 — Recomendación sobre el trabajo nocturno, 1990 (núm. 178)	478
— R182 — Recomendación sobre el trabajo a tiempo parcial, 1994 (núm. 182).....	481
Maternidade	
— C103 — Convenção n. 103 da OIT relativa ao amparo à maternidade (revista em 1952).....	136
— C156 — Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família	315
— R165 — Recomendação sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família (1981)	356
— R191 — Recomendación sobre la protección de la maternidad, 2000 (núm. 191).....	487
Migrantes	
— C097 — Convenção n. 97 da OIT, sobre os trabalhadores migrantes (revista em 1949).....	132
— C143 — Convenção n. 130 — Convenção sobre as Imigrações Efectuadas em Condições Abusivas e sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes.....	310
— R086 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes (revisado), 1949 (núm. 86)	395
— R151 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes, 1975 (núm. 151).....	436
Portuários. Aquaviários. Pescadores	
— C113 — Convenção n. 113 da OIT relativa ao exame médico dos pescadores.....	140
— C125 — Convenção n. 125 da OIT sobre certificados de capacidade dos pescadores.....	151
— C126 — Convenção n. 126 da OIT sobre alojamento a bordo dos navios de pesca.....	184
— C137 — Convenção n. 137 da OIT sobre as repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos	182
— C152 — Convenção n. 152 da OIT relativa à segurança e higiene nos trabalhos portuários.....	157
— C185 — Convenção n. 185 (revisada) e anexos que trata do novo documento de identidade do trabalhador marítimo	230
— CTM, 2006 — Convenção sobre trabalho marítimo, com emendas	243
— C188 — Convenção n. 188 — Convenção referente ao Trabalho na Pesca	337
— R160 — Recomendación sobre seguridad e higiene (trabajos portuarios), 1979 (núm. 160).....	447
— R199 — Recomendação referente ao Trabalho no Setor Pesqueiro (2007)	370
Povos indígenas e Comunidades tradicionais	
— C169 — Convenção n. 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais.....	214
— R104 — Recomendación sobre poblaciones indígenas y tribales, 1957 (núm. 104).....	408
Salário. Proteção do salário	
— C026 — Convenção n. 26 da OIT concernente à instituição de métodos de fixação de salários mínimos.....	115
— C095 — Convenção n. 95 da OIT concernente à proteção do salário.....	125
— C099 — Convenção n. 99 da OIT concernente aos métodos de fixação de salário-mínimo na agricultura.....	127
— C131 — Convenção n. 131 da OIT sobre a fixação de salários mínimos com referência especial aos países em desenvolvimento	154
— C173 — Convenção n. 173 — Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador.....	324
— R085 — Recomendación sobre la protección del salario, 1949 (núm. 85).....	395
— R135 — Recomendación sobre la fijación de salarios mínimos, 1970 (núm. 135).....	434
— R180 — Recomendação sobre a proteção dos créditos trabalhistas em caso de insolvência do empregador (1992).....	480
Seguridade social. Política social	
— C012 — Convenção n. 12 da OIT concernente à indenização por acidentes no trabalho na agricultura.....	113

— C019 — Convenção n. 19 da OIT concernente à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização por acidentes no trabalho	115
— C042 — Convenção n. 42 da OIT relativa à indenização das moléstias profissionais.....	98
— C102 — Convenção n. 102 da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social	237
— C117 — Convenção n. 117 da OIT sobre objetivos e normas básicas da política social	144
— C118 — Convenção n. 118 da OIT sobre igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social...	146
— C157 — Convenção n. 157 — Preservação dos Direitos em matéria de Seguridade Social.....	316
— R067 — Recomendación sobre la seguridad de los medios de vida, 1944 (núm. 67)	380
— R068 — Recomendación sobre la seguridad social (fuerzas armadas), 1944 (núm. 68)	385
— R069 — Recomendación sobre la asistencia médica, 1944 (núm. 69).....	386
— R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121)....	423
— R134 — Recomendación sobre asistencia médica y prestaciones monetarias de enfermedad, 1969 (núm. 134).....	433
— R167 — Recomendación sobre la conservación de los derechos en materia de seguridad social, 1983 (núm.167).....	453
— R202 — Recomendación sobre los pisos de protección social, 2012 (núm. 202)	493

Trabalhador com deficiência. Reabilitação profissional

— C159 — Convenção n. 159 da OIT sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes	166
— R099 — Recomendación sobre la adaptación y la readaptación profesionales de los inválidos, 1955 (núm. 99)	402
— R168 — Recomendación sobre la readaptación profesional y el empleo (personas inválidas), 1983 (núm. 168).....	461

Trabalhador a domicílio

— C177 — Convenio n. 177 — Convenio sobre el trabajo a domicilio, 1996 (núm. 177)	328
— R184 — Recomendación sobre el trabajo a domicilio, 1996 (núm. 184)	482

Trabalhador doméstico

— C189 — Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (n. 189).....	485
— R201 — Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos.....	278; 376

Trabalhador idoso

— R162 — Recomendación sobre los trabajadores de edad, 1980 (núm. 162)	448
--	-----

Convenções sobre os artigos finais

— C080 — Convenção n. 80 da OIT sobre revisão dos artigos finais	106
— C116 — Convenção n. 116 da OIT sobre revisão dos artigos finais	144

INSTRUMENTOS HISTÓRICOS E FUNDAMENTAIS DA OIT

— Parte XIII do Tratado de Paz com a Alemanha — Tratado de Versalhes (1919) (excertos).....	63
— Constituição da Organização Internacional do Trabalho	63; 102
— Declaração referente aos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho	68; 106
— Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo y su seguimiento (Declaração de 1998 emendada em 2022).....	72
— Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008), tal como emendada em 2022.....	77
— Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social (versão atualizada em 2017).....	79
— Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho (2019).....	85
— Procedimientos especiales de la Organización Internacional del Trabajo para el examen de quejas por violaciones al ejercicio de la libertad sindical — Anexo I.....	68
— Regulamento relativo ao procedimento para a discussão de reclamações apresentadas de acordo com os arts. 24 e 25 da Constituição da OIT	74

CONVENÇÕES DA OIT RATIFICADAS PELO BRASIL E COM VIGOR INTERNACIONAL⁽⁶⁾

— C006 — Convenção n. 6 — Trabalho Noturno dos Menores na Indústria (1919)	97
— C011 — Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921).....	112
— C012 — Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura (1921).....	113
— C014 — Convenção n. 14 — Repouso Semanal na Indústria (1921)	114
— C019 — Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (1925)	115
— C026 — Convenção n. 26 — Métodos de Fixação de Salários Mínimos (1928).....	115
— C029 — Convenção n. 29 — Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930).....	116
— C042 — Convenção n. 42 — Indenização por Enfermidade Profissional (1934).....	98
— C045 — Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas (1935).....	100
— C080 — Convenção n. 80 — Revisão dos artigos finais (1946).....	106
— C081 — Convenção n. 81 — Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio (1947).....	119
— C088 — Convenção n. 88 — Organização do Serviço de Emprego (1948).....	122
— C089 — Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948)	124
— C094 — Convenção n. 94 — Convenção sobre as cláusulas de trabalho nos contratos firmados por uma autoridade pública (1949).....	131
— C095 — Convenção n. 95 — Proteção do Salário (1949).....	125
— C097 — Convenção n. 97 — Trabalhadores Migrantes (1949)	132
— C098 — Convenção n. 98 — Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva (1949)	107
— C099 — Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura (1951)	127
— C100 — Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951).....	128
— C102 — Convenção n. 102 — Normas Mínimas da Seguridade Social (1952).....	237
— C103 — Convenção n. 103 — Amparo à Maternidade (1952).....	136
— C105 — Convenção n. 105 — Abolição do Trabalho Forçado (1957)	138
— C106 — Convenção n. 106 — Repouso Semanal no Comércio e nos Escritórios (1957)	139
— C111 — Convenção n. 111 — Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958)	141
— C113 — Convenção n. 113 — Exame Médico dos Pescadores (1959)	140
— C115 — Convenção n. 115 — Proteção contra as Radiações Ionizantes (1960).....	142
— C116 — Convenção n. 116 — Revisão dos artigos finais (1961).....	144
— C117 — Convenção n. 117 — Objetivos e Normas Básicas da Política Social (1962)	144
— C118 — Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em matéria de Previdência Social (1962)....	146
— C119 — Convenção n. 119 — Proteção das Máquinas (1963)	176
— C120 — Convenção n. 120 — Higiene no Comércio e nos Escritórios (1964).....	148
— C122 — Convenção n. 122 — Política de Emprego (1964).....	149
— C124 — Convenção n. 124 — Exame Médico para Determinação da Aptidão dos Adolescentes a Emprego em Trabalhos Subterrâneos nas Minas (1965).....	153
— C125 — Convenção n. 125 — Certificados de Capacidade dos Pescadores (1966)	151
— C126 — Convenção n. 126 — Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca (1966)	184
— C127 — Convenção n. 127 — Peso Máximo das Cargas (1967)	150
— C131 — Convenção n. 131 — Fixação de Salários Mínimos, Especialmente nos Países em Desenvolvimento (1970)	154
— C132 — Convenção n. 132 — Férias Anuais Remuneradas (1970).....	201
— C135 — Convenção n. 135 — Proteção de Representantes de Trabalhadores (1971).....	167

(6) Informações disponíveis no site global da OIT: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102571

— C136 — Convenção n. 136 — Convenção sobre Benzeno (1971)	172
— C137 — Convenção n. 137 — Trabalho Portuário (1973)	182
— C138 — Convenção n. 138 — Idade Mínima para Admissão e Recomendação n. 146 — Sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego (1973)	209
— C139 — Convenção n. 139 — Prevenção e Controle de Riscos Profissionais causados por Substâncias ou Agentes Cancerígenos (1974)	168
— C140 — Convenção n. 140 — Licença Remunerada de Estudos (1974)	181
— C141 — Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975)	183
— C142 — Convenção n. 142 — Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975)	157
— C144 — Convenção n. 144 — Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho (1976)	188
— C148 — Convenção n. 148 — Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações (1977)	155
— C151 — Convenção n. 151 — Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública e Recomendação n. 159 sobre Relações de Trabalho na Administração Pública (1978)	228
— C152 — Convenção n. 152 — Segurança e Higiene dos Trabalhos Portuários (1979)	157
— C154 — Convenção n. 154 — Fomento à Negociação Coletiva (1981)	177
— C155 — Convenção n. 155 — Segurança e Saúde dos Trabalhadores (1981)	173
— C159 — Convenção n. 159 — Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (1983)	166
— C160 — Convenção n. 160 — Estatísticas do Trabalho (1985)	169
— C161 — Convenção n. 161 — Serviços de Saúde do Trabalho (1985)	164
— C162 — Convenção n. 162 — Utilização do Amianto com Segurança (1986)	161
— C167 — Convenção n. 167 — Convenção sobre a Segurança e Saúde na Construção e Recomendação n. 175 sobre Segurança e Saúde na Construção (1988)	222
— C168 — Convenção n. 168 — Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego (1988)	196
— C169 — Convenção n. 169 — Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989)	214
— C170 — Convenção n. 170 — Segurança no Trabalho com Produtos Químicos (1990)	189
— C171 — Convenção n. 171 — Trabalho Noturno (1990)	212
— C174 — Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993) e Recomendação n. 181 sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores	206
— C176 — Convenção n. 176 — Segurança e Saúde nas Minas e Recomendação n. 183 — Sobre Segurança e Saúde nas Minas (1995)	217
— C182 — Convenção n. 182 — Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação e Recomendação n. 190 — Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação (1999)	204
— C185 — Convenção n. 185 — Convenção sobre os Documentos de Identidade da Gente do Mar (2003)	230
— CTM 2006 — Convenção sobre o Trabalho Marítimo de 2006	243
— C189 — Convenção n. 189 — Trabalho decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (2011) e Recomendação n. 201 — Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos	276

CONVENÇÕES DA OIT RATIFICADAS PELO BRASIL E SEM VIGOR INTERNACIONAL⁽⁷⁾

— C016 — Convenção n. 16 da OIT relativa ao exame médico obrigatório das crianças e menores empregados a bordo dos vapores.....	99
— C022 — Convenção n. 22 da OIT concernente ao contrato de engajamento de marinheiros	129
— C053 — Convenção n. 53 da OIT relativa ao mínimo de capacidade profissional dos capitães e oficiais da marinha mercante	100
— C092 — Convenção n. 92 da OIT, relativa ao alojamento da tripulação a bordo	108
— C133 — Convenção n. 133 da OIT sobre Alojamento a Bordo de Navios	178
— C134 — Convenção n. 134 da OIT sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos	203
— C145 — Convenção n. 145 da OIT sobre a Continuidade do Emprego da Gente do Mar	165

(7) As convenções listadas aqui não estão mais em vigor internacional, segundo informações atualizadas extraídas do site internacional da OIT: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102571 (último acesso em: 02 abr. 2023).

Os textos dessas Convenções foram incluídos nessa obra em respeito à integridade do texto do Decreto n. 10.088, de 05 de novembro de 2019, o qual compilou, até aquele momento, as convenções da OIT então vigentes no Brasil.

— C146 — Convenção n. 146 da OIT sobre Férias Remuneradas Anuais da Gente do Mar.....	200
— C147 — Convenção n. 147 da OIT sobre Normas Mínimas da Marinha Mercante	171
— C163 — Convenção n. 163 da OIT sobre o Bem-Estar dos Trabalhadores Marítimos no Mar e no Porto	192
— C164 — Convenção n. 164 da OIT sobre a Proteção da Saúde e a Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos.....	194
— C166 — Convenção n. 166 da OIT sobre a Repatriação dos Trabalhadores Marítimos.....	192
— C178 — Convenção n. 178 da OIT relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos.....	227

CONVENÇÕES E PROTOCOLOS DA OIT NÃO RATIFICADOS PELO BRASIL. CONVENÇÕES DENUNCIADAS PELO BRASIL QUE APRESENTAM INTERESSE ATUAL.⁽⁸⁾

C077 — Convenção n. 77 — Convenção Relativa ao Exame Médico de Aptidão para o Emprego na Indústria das Crianças e dos Adolescentes.....	284
C078 — Convenção n. 78 — Convenção Relativa ao Exame Médico de Aptidão de Crianças e Adolescentes para o Emprego em Trabalhos não Industriais.....	286
C087 — Convenção n. 87 — Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.....	287
C121 — Convenio n. 121 — Convenio sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 [Cuadro I modificado en 1980].....	288
C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura.....	301
C130 — Convenio n. 130 — Convenio sobre asistencia médica y prestaciones monetarias de enfermedad, 1969 (núm. 130)	304
C143 — Convenção n. 143 — Convenção sobre as Imigrações Efectuadas em Condições Abusivas e sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes	310
C149 — Convenção n. 149 — Sobre o Emprego e Condições de Trabalho e de Vida do Pessoal de Enfermagem	312
C150 — Convenção n. 150 — Convenção relativa à administração do trabalho (papel, funções e organização)	313
C156 — Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família.....	315
C157 — Convenção n. 157 — Preservação dos Direitos em matéria de Seguridade Social.....	316
P089 — Protocolo n. 089 — Protocolo de 1990 relativo al Convenio (revisado) sobre el trabajo nocturno (mujeres), 1948.....	319
P110 — Protocolo n. 110 — Protocolo de 1982 relativo al Convenio sobre las plantaciones, 1958.....	320
C158 — Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador	321
C172 — Convenio n. 172 — Convenio sobre las condiciones de trabajo (hoteles y restaurantes), 1991 (núm. 172).....	322
C173 — Convenção n. 173 — Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador	324
C175 — Convenção n. 175 — Sobre o Trabalho a Tempo Parcial	325
P081 — Protocolo n. 081 — Protocolo de 1995 relativo al Convenio sobre la inspección del trabajo, 1947.....	327
C177 — Convenio n. 177 — Convenio sobre el trabajo a domicilio, 1996 (núm. 177)	328
C181 — Convenção n. 181 — Convenção relativa às agências de emprego privadas, 1997.....	329
C183 — Convenção n. 183 — Convenção relativa à revisão da convenção (revista) sobre a protecção da maternidade, 1952.....	331
C184 — Convenção n. 184 — Convenção sobre a segurança e a saúde na agricultura, adotada pela conferência na sua 89ª sessão, Genebra, 21 de junho de 2001	332
C187 — Convenção sobre o Marco de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, 2006 (n. 187).....	335
P155 — Protocolo de 2002 relativo à convenção sobre a segurança e saúde dos trabalhadores, 1981	336
C188 — Convenção n. 188 — Convenção Referente ao Trabalho na Pesca	337
P029 — Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930.	346
C190 — Convenção n. 190 — Convenção sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho	347
— Tabela com dados da OIT indicando as Convenções e Protocolos ratificados pelo Brasil e aqueles que, apesar de ratificados pelo Brasil, perderam vigor internacional	89; 282

(8) A lista de convenções e protocolos não ratificados pelo Brasil consta na seguinte página da OIT: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/?p=NORMLEXPUB:11210:0:0:0::P11210_COUNTRY_ID:102571>

RECOMENDAÇÕES ATUALIZADAS DA OIT APROVADAS ATÉ 2022⁽⁹⁾

RECOMENDAÇÕES DA OIT EM PORTUGUÊS

R090 — Recomendação sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor (1951) ...	350
R111 — Recomendação sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (1958).....	351
R143 — Recomendação sobre Proteção e Facilidades a serem Dispensadas a Representantes de Trabalhadores na Empresa (1971) ...	352
R146 — Recomendação n. 146 sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego (1973).....	211; 353
R149 — Recomendação sobre Organizações de Trabalhadores Rurais e seu Papel no Desenvolvimento Econômico e Social (1977).....	354
R159 — Recomendação n. 159 sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública (1978)	230; 356
R163 — Recomendação sobre a Promoção da Negociação Coletiva (1981)	356
R165 — Recomendação sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família (1981).....	356
R175 — Recomendação sobre segurança e saúde na construção (1988)	225; 358
R181 — Recomendação n. 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993).....	209; 360
R183 — Recomendação n. 183 sobre segurança e saúde nas minas (1995).....	219; 361
R190 — Recomendação sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação imediata para a sua Eliminação (1999)	205; 363
R192 — Recomendação sobre Segurança e Saúde na Agricultura (2001)	364
R193 — Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas (2002).....	366
R195 — Recomendação sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos: Educação, Formação e Aprendizagem permanente (2004).....	368
R199 — Recomendação referente ao Trabalho no Setor Pesqueiro (2007)	370
R200 — Recomendação sobre o HIV e a AIDS e o Mundo do Trabalho (2010)	373
R201 — Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (2011)	278; 376

RECOMENDAÇÕES DA OIT EM ESPANHOL

R035 — Recomendación sobre la imposición indirecta del trabajo, 1930 (núm. 35)	379
R067 — Recomendación sobre la seguridad de los medios de vida, 1944 (núm. 67)	380
R068 — Recomendación sobre la seguridad social (fuerzas armadas), 1944 (núm. 68)	385
R069 — Recomendación sobre la asistencia médica, 1944 (núm. 69).....	386
R079 — Recomendación sobre el examen médico de aptitud para el empleo de los menores, 1946 (núm. 79)	391
R081 — Recomendación sobre la inspección del trabajo, 1947 (núm. 81).....	392
R082 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (minas y transporte), 1947 (núm. 82).....	393
R083 — Recomendación sobre el servicio del empleo, 1948 (núm. 83).....	393
R084 — Recomendación sobre las cláusulas de trabajo (contratos celebrados por las autoridades públicas), 1949 (núm. 84).....	395
R085 — Recomendación sobre la protección del salario, 1949 (núm. 85).....	395
R086 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes (revisado), 1949 (núm. 86)	395
R091 — Recomendación sobre los contratos colectivos, 1951 (núm. 91)	400
R097 — Recomendación sobre la protección de la salud de los trabajadores, 1953 (núm. 97)	401
R099 — Recomendación sobre la adaptación y la readaptación profesionales de los inválidos, 1955 (núm. 99)	402
R102 — Recomendación sobre los servicios sociales, 1956 (núm. 102)	405
R103 — Recomendación sobre el descanso semanal (comercio y oficinas), 1957 (núm. 103)	407
R104 — Recomendación sobre poblaciones indígenas y tribales, 1957 (núm. 104).....	408
R110 — Recomendación sobre las plantaciones, 1958 (núm. 110).....	410
R113 — Recomendación sobre la consulta (ramas de actividad económica y ámbito nacional), 1960 (núm. 113)	413

(9) Lista disponível no site global da OIT: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12020:0::NO::>

R114 — Recomendación sobre la protección contra las radiaciones, 1960 (núm. 114)	413
R115 — Recomendación sobre la vivienda de los trabajadores, 1961 (núm. 115)	414
R116 — Recomendación sobre la reducción de la duración del trabajo, 1962 (núm. 116)	418
R120 — Recomendación sobre la higiene (comercio y oficinas), 1964 (núm. 120)	419
R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121)....	423
R122 — Recomendación sobre la política del empleo, 1964 (núm. 122)	424
R125 — Recomendación sobre las condiciones de empleo de los menores (trabajo subterráneo), 1965 (núm.125)	428
R131 — Recomendación sobre las prestaciones de invalidez, vejez y sobrevivientes, 1967 (núm. 131)	429
R132 — Recomendación sobre los arrendatarios y aparceros, 1968 (núm. 132)	430
R133 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (núm. 133)	432
R134 — Recomendación sobre asistencia médica y prestaciones monetarias de enfermedad, 1969 (núm. 134)	433
R135 — Recomendación sobre la fijación de salarios mínimos, 1970 (núm. 135)	434
R147 — Recomendación sobre el cáncer profesional, 1974 (núm. 147)	435
R151 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes, 1975 (núm. 151)	436
R152 — Recomendación sobre la consulta tripartita, 1976 (núm. 152).....	438
R156 — Recomendación sobre el medio ambiente de trabajo (contaminación del aire, ruido y vibraciones), 1977 (núm. 156).....	439
R157 — Recomendación sobre el personal de enfermería, 1977 (núm. 157).....	440
R158 — Recomendación sobre la administración del trabajo, 1978 (núm. 158).....	446
R160 — Recomendación sobre seguridad e higiene (trabajos portuarios), 1979 (núm. 160).....	447
R164 — Recomendación sobre seguridad y salud de los trabajadores, 1981 (núm. 164).....	451
R167 — Recomendación sobre la conservación de los derechos en materia de seguridad social, 1983 (núm.167)	453
R168 — Recomendación sobre la readaptación profesional y el empleo (personas inválidas), 1983 (núm. 168).....	461
R169 — Recomendación sobre la política del empleo (disposiciones complementarias), 1984 (núm. 169)	463
R170 — Recomendación sobre estadísticas del trabajo, 1985 (núm. 170).....	467
R171 — Recomendación sobre los servicios de salud en el trabajo, 1985 (núm. 171).....	468
R172 — Recomendación sobre el asbesto, 1986 (núm. 172).....	471
R176 — Recomendación sobre el fomento del empleo y la protección contra el desempleo, 1988 (núm. 176).....	474
R177 — Recomendación sobre los productos químicos, 1990 (núm. 177)	475
R178 — Recomendación sobre el trabajo nocturno, 1990 (núm. 178).....	478
R179 — Recomendación sobre las condiciones de trabajo (hoteles y restaurantes), 1991 (núm. 179).....	479
R180 — Recomendación sobre la protección de los créditos laborales en caso de insolvencia del empleador, 1992 (núm. 180)	480
R182 — Recomendación sobre el trabajo a tiempo parcial, 1994 (núm. 182).....	481
R184 — Recomendación sobre el trabajo a domicilio, 1996 (núm. 184)	482
R188 — Recomendación sobre las agencias de empleo privadas, 1997 (núm. 188).....	484
R189 — Recomendación sobre la creación de empleos en las pequeñas y medianas empresas, 1998 (núm. 189)	485
R191 — Recomendación sobre la protección de la maternidad, 2000 (núm. 191).....	487
R194 — Recomendación sobre la lista de enfermedades profesionales, 2002 (núm. 194)	488
R197 — Recomendación sobre el marco promocional para la seguridad y salud en el trabajo, 2006 (núm. 197).....	490
R198 — Recomendación sobre la relación de trabajo, 2006 (núm. 198).....	492
R202 — Recomendación sobre los pisos de protección social, 2012 (núm. 202)	493
R203 — Recomendación sobre el trabajo forzoso (medidas complementarias), 2014 (núm. 203).....	495
R204 — Recomendación sobre la transición de la economía informal a la economía formal, 2015 (núm. 204).....	497
R205 — Recomendación sobre el empleo y el trabajo decente para la paz y la resiliencia, 2017 (núm. 205).....	500
R206 — Recomendación sobre la violencia y el acoso, 2019 (núm. 206).....	505

INSTRUMENTOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO E NORMAS DE ORIGEM NACIONAL RELEVANTES AO DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DOS TRATADOS

— Convenção de Havana sobre Tratados (1928).....	513
— Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).....	638
— Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados (1978).....	672

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DE ESTADOS. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

— Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas (1947).....	534
— Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961).....	605
— Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963).....	609
— Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (1964).....	616
— Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos (1973).....	649
— Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos Seus Bens (2004).....	911

DIREITOS HUMANOS. INSTRUMENTOS HISTÓRICOS. SISTEMAS GLOBAL E REGIONAIS

SELEÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE DIREITOS HUMANOS

— <i>Magna Charta Libertatum</i> — Magna Carta (1215).....	507
— <i>Petition of Rights</i> — Petição de Direitos (1628).....	508
— Lei do <i>Habeas Corpus</i> (1679).....	508
— Declaração de direitos do bom povo de Virgínia (1776).....	509
— Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).....	509
— Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791).....	510

SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (SISTEMA ONUSIANO)

Instrumentos fundamentais de direitos humanos do Sistema Global (ONU)

Instrumentos gerais

— Carta das Nações Unidas (1945).....	525
— Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).....	531
— Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	1006
— Declaração e Programa de Ação adotados pela Conferência Mundial de Viena sobre Direitos Humanos (1993).....	1044
— Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (1998).....	1073
— Projeto de Artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre Responsabilidade do Estado por Atos Ilícitos Internacionais (2001).....	1082

Direitos civis e políticos

— Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	623
— Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	628
— Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte (1989).....	758

Direitos econômicos, sociais e culturais

- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) 629
- Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2008)..... 955

Apartheid

- Convenção Internacional sobre a Punição e Supressão do crime do Apartheid (1973) 650
- Convenção Internacional contra o Apartheid nos Esportes (1985)..... 745

Repressão e prevenção da discriminação racial

- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas discriminação Racial (1965) 620
- Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na mencionada Convenção..... 909

Desaparecimentos forçados

- Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado (2006)..... 942

Direitos da criança

- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) 750
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (2000) 850
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil (2000) 833
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo a um procedimento de comunicações (2011) 967

Direitos das mulheres

- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979)..... 682
- Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1999) 831

Direitos das pessoas com deficiência

- Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006)..... 947
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) 955

Repressão e prevenção da tortura e tratamentos cruéis

- Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (1984)..... 740
- Protocolo facultativo à Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (2002)..... 882

Trabalhadores migrantes

- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) 768

SELEÇÃO DE NORMAS DO SISTEMA AFRICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- Convenção da Organização de Unidade Africana que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África (1969) 1194
- Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (Carta de Banjul, 1981)..... 1196
- Convenção da Organização da União Africana sobre a proteção e assistências às pessoas deslocadas internamente em África (Convenção de Kampala, 2009) 1199

SELEÇÃO DE INSTRUMENTOS EUROPEUS RELACIONADOS À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

- Convenção Europeia de Direitos Humanos (1950) com as modificações introduzidas pelos Protocolos ns. 11, 14 e 15 e acompanhada do Protocolo adicional e dos Protocolos ns. 4, 6, 7, 12, 13 e 16 1204
- Convenção Europeia Relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante (1977) 1212
- Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal (Convenção 108) (1981) 1219

— Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas Relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal Referente às Autoridades de Controle e aos Fluxos Transfronteiriços de Dados (2001).....	1221
— Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (1989).....	1222
— Carta Social Europeia Revista (Conselho da Europa, 1996).....	1225
— Protocolo Adicional à Carta Social Europeia prevendo um Sistema de Reclamações Coletivas (1995)	1224
— Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000)	1232
— Diretiva n. 2000/43/CE do Conselho de 29 de junho de 2000 que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica	1235

NORMAS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Instrumentos Normativos

— Carta da Organização dos Estados Americanos (1948)	537
— Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	1004
— Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica — 1969).....	632
— Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985)	744
— Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador, 1988).....	747
— Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte (1990).....	768
— Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará (1994)	792
— Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (1994)	793
— Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999).....	830
— Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (2000)	1075
— Carta Democrática Interamericana (2001)	1078
— Princípios e Boas Práticas para a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas (2008).....	1111
— Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (2013).....	970
— Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015)	986

Corte Interamericana de Direitos Humanos

— Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1979).....	1238
— Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2009).....	1240
— Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Funcionamento do Fundo de Assistência Jurídica às Vítimas... 1247	1247
— Decreto n. 4.463, de 8 de novembro de 2002 — Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade, em consonância com o art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969	1247; 1690
— Resolução CNJ n. 364 de 12.01.2021 — Dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.....	1874
— Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro do 2022 — Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. ...	1881
— Recomendação CNMP n. 96, de 28 de fevereiro de 2023 — Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências	1890
— Resolução CNMP n. 262, de 30 de maio de 2023 — Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro... 1896	1896

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

— Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1979).....	1248
— Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2009)	1249

— Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos	1258
— Resolução n. 2/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos — Fortalecimento do monitoramento de medidas cautelares vigentes (2020).....	1258

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

— Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	623
— Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	628
— Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969).....	632
— Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com Vistas à Abolição da Pena de Morte (1989).....	758

Instrumentos sobre liberdade de expressão

— Declaração dos Princípios Fundamentais relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação Social para o Reforço da Paz e da Compreensão Internacionais, para a Promoção dos Direitos Humanos e para o Combate ao Racismo, ao Apartheid e ao Incitamento à Guerra (1978)	1025
— Declaração de Princípios Sobre Liberdade de Expressão (2000)	1075
— Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 — Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (marco civil da Internet)	1543
— Decreto n. 8.771, de 11 de maio de 2016 — Regulamenta a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.....	1752
— Lei n. 13.188, de 11 de novembro de 2015 — Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social	1577
— Recomendação CNMP de caráter geral n. 01, de 3 de novembro de 2016 — Dispõe sobre a liberdade de expressão, a vedação da atividade político-partidária, o uso das redes sociais e do e-mail institucional por parte dos Membros do Ministério Público e estabelece diretrizes orientadoras para os Membros, as Escolas, os Centros de Estudos e as Corregedorias do Ministério Público brasileiro.....	1858
— Resolução CNJ n. 305 de 17.12.2019 — Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário....	1869

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

— Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	629
— Principios de Limburgo sobre la Aplicación del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (1987).....	1032
— Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador, 1988).....	747
— Diretrizes de Maastricht sobre Violaciones a los Derechos Económicos, Sociales y Culturales (1997)	1065
— Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2008).....	956
— Principios de Maastricht sobre las Obligaciones Extraterritoriales de los Estados en el Área de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales (2011).....	1123

Direitos Culturais

— Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	629
— Recomendación UNESCO relativa a la Participación y la Contribución de las Masas Populares en la Vida Cultural (1976).....	1020
— Recomendación UNESCO sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular (1989)	1035
— Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001)	1080
— Convenção UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003)	885
— Convenção UNESCO sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (2005).....	915
— Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (2007).....	1108

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITO HUMANITÁRIO

— Convenção de Genebra I — Convenção de Genebra para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos Exércitos em campanha de 12 de agosto de 1949	547
— Convenção de Genebra II — Convenção de Genebra para melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das Forças Armadas no Mar, de 12 de agosto de 1949	553
— Convenção de Genebra III — Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, de 12 de agosto de 1949 ...	557
— Convenção de Genebra IV — Convenção de Genebra relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949...	573
— Protocolo I — Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, Relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Com Caráter Internacional (PROTOCOLO I) (1977)	653
— Protocolo II — Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, Relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Sem Caráter Internacional (PROTOCOLO II) (1977).....	670

NORMAS QUE DISCIPLINAM O ACESSO A ÓRGÃOS JUDICIAIS E QUASE-JUDICIAIS DOS SISTEMAS GLOBAL E REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Sistema global

— Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	628
— Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998).....	810
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1999)	831
— Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na mencionada Convenção — Promulgada pelo Decreto n. 4.738, de 12 de junho de 2003	909
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).....	955
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (2011)	967
— Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (2008).....	965

Sistema Interamericano — Corte Interamericana de Direitos Humanos

— Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1979).....	1238
— Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2009).....	1240
— Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Funcionamento do Fundo de Assistência Jurídica às Vítimas... 1247	1247
— Decreto n. 4.463, de 8 de novembro de 2002 — Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade, em consonância com o art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969	1247; 1690
— Resolução CNJ n. 364 de 12.01.2021 — Dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.....	1874
— Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro do 2022 — Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1881
— Recomendação CNMP n. 96, de 28 de fevereiro de 2023 — Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências	1890
— Resolução CNMP n. 262, de 30 de maio de 2023 — Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro... 1896	1896

Sistema Interamericano — Comissão Interamericana de Direitos Humanos

— Estatuto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1979)	1248
— Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2009)	1249
— Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o Fundo de Assistência Jurídica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	1258
— Resolução n. 2/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos — Fortalecimento do monitoramento de medidas cautelares vigentes (2020).....	1258

Sistema da OIT

- Regulamento relativo ao procedimento para a discussão de reclamações apresentadas de acordo com os arts. 24 e 25 da Constituição da OIT 74
- Procedimientos especiales de la Organización Internacional del Trabajo para el examen de quejas por violaciones al ejercicio de la libertad sindical 68

TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS APROVADOS CONFORME O PROCEDIMENTO FIXADO PELO ART. 5º, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (EQUIVALENTES ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS)

- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 947; 955
- Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013 970
- Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013 983

NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PERTINENTES AO DIREITO DO TRABALHO

Direito internacional privado. Obtenção de provas. Normas nacionais e internacionais

- Convenção de Direito Internacional Privado, de Havana (Código Bustamante, 1928) 513
- Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 1265
- Decreto-lei n. 691, de 18 de julho de 1969 — Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista 1290
- Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (1970) 645
- Convenção Interamericana sobre Prova e Informação acerca do Direito Estrangeiro (1979) 678
- Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado (1979) 679
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar — Convenção de Montego Bay (1982) 691
- Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 1993 — Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros 1376
- Lei n. 7.064, de 6 de dezembro de 1982 — Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior 1313
- Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021 — Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018 (capítulo XV do Decreto) 1818
- Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 — Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (excertos) 1319

Direito internacional privado. Direito Europeu

- Convenção sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Convenção de Roma, 1980) 1216

EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. ASSISTÊNCIA JURISDICIONAL EM MATÉRIA CIVIL, COMERCIAL E TRABALHISTA

- Convenção da Haia Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial (1965) 617
- Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (1975) 652
- Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (1979) 680
- Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (1979) 681
- Convenção da Haia sobre o Acesso Internacional à Justiça (1980) 688
- Protocolo de Medidas Cautelares (Protocolo de Ouro Preto, 1994) 795
- Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas, 1992) 784
- Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL (Emenda ao Protocolo de Las Leñas, 2002) 786

— Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (Protocolo de Buenos Aires, de 2002).....	872
— Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul (2000)	851
— Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (2000)	852
— Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (excertos).....	1887

SELEÇÃO DE INSTRUMENTOS DO MERCOSUL. NORMAS FUNDAMENTAIS. SELEÇÃO DE NORMAS PERTINENTES À PROTEÇÃO DA DEMOCRACIA, DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO

— Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum (1991)	778
— Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias (1991)	782
— Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de Las Leñas, 1992)	784
— Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL (Emenda ao Protocolo de Las Leñas, 2002)	786
— Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (2002)	872
— Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul (1997).....	800
— Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile (1998).....	803
— Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul (2000)	851
— Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (2000)	852
— Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL (2002)	874
— Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul (2007).....	879
— Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul — Mercosul, Bolívia e Chile (2002) (ratificado por Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai)	880
— Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevideú, em 15 de dezembro de 2003	895
— Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul (2004)	910
— Protocolo de Assunção sobre compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos do MERCOSUL (2005)	939
— Protocolo Constitutivo do Parlamento MERCOSUL (2005).....	940
— Condições mínimas do procedimento de inspeção do trabalho no MERCOSUL (2006).....	1092
— Plano Regional de Inspeção do Trabalho do MERCOSUL (2009)	1115
— Declaração Sociolaboral do MERCOSUL (2015).....	1127
— Plano para facilitar a circulação de trabalhadores no MERCOSUL (2015).....	1149
— Plano Regional do MERCOSUL para a prevenção e a erradicação do trabalho forçado e do tráfico de pessoas para fins de exploração trabalhista (2019).....	1169
— Acordo sobre o reconhecimento mútuo de medidas de proteção às mulheres em situações de violência de gênero entre Estados Partes do MERCOSUL e Estados associados (2022)	1000

ACESSO À INFORMAÇÃO. PROTEÇÃO DE DADOS

Normas internacionais e de direito comparado

— Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal (Convenção 108) (1981)	1219
— Diretrizes para a Regulação de Ficheiros Informatizados de Dados de Caráter Pessoal (Adotadas pela Resolução n. 45/95 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1990).....	1038
— Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas Relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal Referente às Autoridades de Controle e aos Fluxos Transfronteiriços de Dados (2001).....	1221

Normas nacionais

- Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional (excertos) 1275
- Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983 — Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores..... 1314
- Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 — Lei da Ação Civil Pública 1316
- Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986 — Define os crimes contra o sistema financeiro nacional..... 1318
- Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001 — Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras..... 1420
- Lei n. 12.009, de 29 de julho de 2009 — Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas — moto-frete —, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço..... 1492
- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 — Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 1506
- Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012 — Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF 1718
- Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 — Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet) 1543
- Decreto n. 8.771, de 11 de maio de 2016 — Regulamenta a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações..... 1752
- Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 1609
- Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018 — Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (excertos)..... 1806
- Lei n. 14.289, de 3 de janeiro de 2022 — Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975..... 1635

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL. PRÁTICAS CRUÉIS E DEGRADANTES. TORTURA. VIOLÊNCIA

Assédio moral e sexual

Norma internacional

- C190 — Convenção n. 190 — Violência e assédio nos locais de trabalho e recomendação respectiva (2019) 347

Normas nacionais

- Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015 — Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) 1577
- Lei n. 13.271, de 15 de abril de 2016 — Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais..... 1586
- Norma Regulamentadora n. 17 do Ministério do Trabalho (NR-17) — Ergonomia — Originalmente aprovada pela Portaria MTb n. 3.214, de 08 de junho de 1978 (excertos sobre assédio moral) 1943
- Recomendação Conjunta n. 25/2022 do TST, CSJT e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho — Recomenda prioridade ao processamento e ao julgamento das ações em tramitação na Justiça do Trabalho que envolvam violência no trabalho; exploração do trabalho infantil; aprendizagem; preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação; assédio moral ou sexual; trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à de escravo 1888
- Lei n. 14.612 de 3 de julho de 2023 — Altera a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da OAB 1666

Tortura, violência e práticas cruéis e degradantes

Normas internacionais

- Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984)..... 740

— Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2002)...	882
— Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985)	744
— Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará (1994)	792
— Convenção n. 190 — Violência e assédio nos locais de trabalho e Recomendação respectiva (2019).....	347

Normas nacionais

— Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997 — Define os crimes de tortura.....	1391
— Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 — Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Lei Maria da Penha).....	1461
— Lei n. 12.847, de 2 de agosto de 2013 — Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências	1537
— Resolução CNJ n. 414 de 02.09.2021 — Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.....	1877
— Lei n. 14.540, de 03.04.2023 — Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal....	1659
— Lei n. 14.542, de 03.04.2023 — Altera a Lei n. 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).....	1660

DIREITOS DOS AQUAVIÁRIOS E PORTUÁRIOS⁽¹⁰⁾

Normas gerais sobre direito do mar

— Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego, 1982)	691
— Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 1993 — Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.....	1376

Normas sobre os trabalhadores aquaviários

Normas internacionais sobre aquaviários

— C185 — Convenção n. 185 — Convenção sobre os Documentos de Identidade da Gente do Mar (2003)	230
— Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (2005)	919
— Convenção sobre Trabalho Marítimo (CTM, 2006)	243

Normas nacionais sobre aquaviários

— Lei n. 7.064, de 6 de dezembro de 1982 — Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior	1313
— Lei n. 9.432, de 8 de janeiro de 1997 — Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.....	1388
— Lei n. 9.537, de 11 de dezembro de 1997 — Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.....	1394
— Decreto n. 2.596, de 18 de maio de 1998 — Regulamenta a Lei n. 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional	1678
— Decreto n. 6.869, de 4 de junho de 2009 — Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências	1716
— Resolução Normativa CNIG n. 05, de 1º de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira. (Alterada pela Resolução CNIG MJSP n. 43, de 23 de julho de 2020).....	1905

(10) Como diretriz para a organização da obra, o organizador pautou-se pelo disposto no item 30.2.1. da Norma Regulamentadora 30 (segurança e saúde no trabalho aquaviário): “Esta norma se aplica aos trabalhos realizados em embarcações comerciais, de bandeira nacional, bem como às de bandeiras estrangeiras, nos termos do disposto em Convenções Internacionais ratificadas em vigor, utilizadas no transporte de cargas ou de passageiros, inclusive naquelas embarcações usadas na prestação de serviços.”

- Resolução Normativa CNIG n. 06, de 1º de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira (Alterada pela Resolução CNIG MJSP n. 42, de 23 de julho de 2020)..... 1906
- Resolução Normativa CNIG n. 22, de 12 de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira 1908

Normas específicas sobre os pescadores

Normas internacionais sobre pescadores

- C113 — Convenção n. 113 — Exame Médico dos Pescadores (1959) 140
- C125 — Convenção n. 125 — Certificados de Capacidade dos Pescadores (1966) 151
- C126 — Convenção n. 126 — Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca (1966) 184
- C188 — Convenção n. 188 — Referente ao Trabalho na Pesca (2007) 337
- R199 — Recomendação n. 199 — Referente ao Trabalho no Setor Pesqueiro (2007) 370

Normas nacionais sobre pescadores

- Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003 — Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal 1431
- Lei n. 11.699, de 13 de junho de 2008 — Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967.... 1483
- Decreto n. 8.424, de 31 de março de 2015 — Regulamenta a Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente..... 1745
- Decreto n. 8.425, de 31 de março de 2015 — Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira 1747

Normas específicas sobre trabalhadores do setor petrolífero

- Lei n. 5.811, de 11 de outubro de 1972 — Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos..... 1298

Normas específicas sobre trabalhadores portuários

Normas internacionais sobre portuários

- C137 — Convenção n. 137 — Trabalho Portuário (1973) 182
- C152 — Convenção n. 152 — Segurança e Higiene dos Trabalhos Portuários (1979) 157
- R160 — Recomendação 160 — Recomendación sobre seguridad e higiene (trabajos portuarios), (1979) 447
- Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (2005) 919

Normas nacionais sobre portuários

- Lei n. 4.860, de 26 de novembro de 1965 — Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados..... 1272
- Lei n. 5.085, de 27 de agosto de 1966 — Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias 1275
- Lei n. 7.002, de 14 de junho de 1982 — Autoriza a implantação de jornada noturna Especial nos portos organizados 1312
- Decreto n. 90.927, de 7 de fevereiro de 1985 — Regulamenta a assiduidade profissional dos trabalhadores avulsos..... 1673
- Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998 — Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos..... 1410
- Decreto n. 6.869, de 4 de junho de 2009 — Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias..... 1716

- Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013 — Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários 1526
- Decreto n. 8.033, de 27 de junho de 2013 — Regulamenta o disposto na Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013 1737

COOPERATIVAS

Instrumento da OIT

- R193 — Recomendação n. 193 da OIT — Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas (2002)..... 366

Normas nacionais

- Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 — Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas 1291
- Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (excertos) 1424
- Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012 — Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o PRONACOOP 1522

DEFESA DA DEMOCRACIA. COMBATE AO TERRORISMO.

Defesa da democracia

Normas internacionais

- Resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91) sobre Democracia representativa, adotada na 5ª sessão plenária da Assembleia Geral da OEA, realizada em 05.06.1991..... 1041
- Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998) 803
- Carta Democrática Interamericana (2001) — Aprovada em 11 de setembro de 2001 sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos 1078
- Declaração de Santiago sobre Democracia e Confiança Cidadã: um novo Compromisso de Governança para as Américas (2003)..... 1088
- Declaração presidencial sobre o fortalecimento da democracia no MERCOSUL (2019) 1179

Normas nacionais

- Código Penal brasileiro (Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940) — Título XII — Crimes contra o Estado Democrático de Direito 1264

Combate ao Terrorismo

Normas internacionais

- Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional (1971)..... 648
- Convenção Interamericana contra o Terrorismo (2002)..... 870
- Resolução n. 1.566 (2004) adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 8 de outubro de 2004, relativa às ameaças à paz e segurança internacionais causadas por atos terroristas..... 1089

Norma nacional

- Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016 — Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis ns. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013 1585

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986)..... 1031
- Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras (1997) 1064
- Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000) — Resolução A/RES/55/2, de 8 de setembro de 2000, aprovada pela Assembleia Geral da ONU 1076

— Declaración de Nueva Delhi de la Asociación de Derecho Internacional acerca de los Principios del Derecho Internacional relativos al Desarrollo Sostenible (2002)	1084
— Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015) — Resolução A/RES/70/1, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 25.09.20215.....	1138
— Pacto pela implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público (2019).....	1863
— Provimento n. 85, de 19 de agosto de 2019 — Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial	1866

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Normas fundamentais de origem nacional e internacional sobre Direitos da Criança e do Adolescente

— Declaração dos Direitos da Criança (1959).....	1008
— Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (1989)	750
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (2011).....	967
— Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente	1330
— Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 — Estatuto da Juventude	1539
— Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016 — Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância	1581
— Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente	1786
— Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel) — Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis ns. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	1637
— Lei n. 14.583, de 16 de maio de 2023 — Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.....	1660

Adoção. Maternidade

— Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (1993).....	787
— Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008 — Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991	1487
— Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010 — Dispõe sobre a alienação parental.....	1505
— Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente	1786
— Lei n. 14.614 de 3 de julho de 2023 — Altera a Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem	1666

Alimentos

— Convenção sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro (Convenção de Nova York, 1956)	599
— Convenção Interamericana Sobre Obrigação Alimentar (1989)	755
— Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos (Convenção da Haia, de 2007)	956
— Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968 — Dispõe sobre ação de alimentos	1287
— Lei n. 11.804, de 5 de novembro de 2008 — Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido.....	1490

Educação. Profissionalização

- Recomendação da Unesco sobre a Educação para a Compreensão, Cooperação e Paz Internacionais e a Educação Relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (1974)..... 1016
- Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008 — Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis ns. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências 1488
- Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente 1786

Exploração sexual infantil

- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (2000) 833
- Lei n. 11.577, de 22 de novembro de 2007 — Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias 1482
- Carta de Brasília do Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes para Fins Comerciais (2008) 1110

Justiça da Infância e Juventude. Delinquência Juvenil

- Regras de Beijing: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (1985)..... 1029
- Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil — Princípios Orientadores de Riad (1990)..... 1039
- Recomendação Conjunta n. 25/2022 do TST, CSJT e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho — Recomenda prioridade ao processamento e ao julgamento das ações em tramitação na Justiça do Trabalho que envolvam violência no trabalho; exploração do trabalho infantil; aprendizagem; preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação; assédio moral ou sexual; trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à de escravo 1888
- Recomendação n. 139 de 12.12.2022, do CNJ — Recomenda aos magistrados e às magistradas que observem as regras e práticas destinadas ao combate ao trabalho infantil, nos procedimentos pertinentes à expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins 1889

Pagamento de verbas trabalhistas a sucessores

- Lei n. 6.858, de 24 de novembro de 1980 — Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respectivos Titulares 1305
- Decreto n. 85.845, de 26 de março de 1981 — Regulamenta a Lei n. 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares 1668

Sequestro. Tráfico de crianças

- Convenção Sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (1980) 685
- Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores (1989) 756
- Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994) 790
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (2000) 833
- Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000)..... 844
- Resolução CNJ n. 449 de 30.03.2022 — Dispõe sobre a tramitação das ações judiciais fundadas na Convenção da Haia sobre os aspectos cíveis do sequestro internacional de crianças (1980), em execução por força do Decreto n. 3.413, de 14 de abril de 2000 1882

Sistema de garantias dos Direitos da Criança. Conselho Tutelar

- Resolução CONANDA n. 113 de 19.04.2006 — Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 1922
- Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017 — Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência..... 1591

— Decreto n. 9.603, de 10 de dezembro de 2018 — Regulamenta a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência	1807
— Resolução n. 299 de 05.11.2019, do CNJ — Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017	1867
— Lei n. 14.344, de 24 de maio de 2022 (Lei Henry Borel) — Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis ns. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	1637
— Resolução CONANDA n. 231, de 28 de dezembro de 2022 — Altera a Resolução n. 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar	1925

Trabalho infantil. Piores formas de trabalho infantil

— Convenção n. 6 — Trabalho Noturno dos Menores na Indústria (1919)	97
— Convenção n. 124 — Exame Médico para Determinação da Aptidão dos Adolescentes a Emprego em Trabalhos Subterrâneos nas Minas (1965)	153
— Convenção n. 138 — Idade Mínima para Admissão e Recomendação n. 146 — Sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego (1973).....	209
— Convenção n. 182 — Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação e Recomendação n. 190 — Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação (1999)	204
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (2000).....	850
— Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008 — Regulamenta os arts. 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção n. 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação (LISTA TIP).....	1709
— Recomendação Conjunta n. 25/2022 do TST, CSJT e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho — Recomenda prioridade ao processamento e ao julgamento das ações em tramitação na Justiça do Trabalho que envolvam violência no trabalho; exploração do trabalho infantil; aprendizagem; preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação; assédio moral ou sexual; trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à de escravo	1888
— Recomendação n. 139 de 12.12.2022, do CNJ — Recomenda aos magistrados e às magistradas que observem as regras e práticas destinadas ao combate ao trabalho infantil, nos procedimentos pertinentes à expedição de alvarás para participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins	1889
— Recomendação CNMP n. 98, de 30 de maio de 2023 — Recomenda aos órgãos do Ministério Público que atuam em procedimentos relacionados com a participação de crianças e adolescentes em ensaios, espetáculos públicos, certames e atividades afins a adoção de medidas destinadas a combater a exploração do trabalho infantil.....	1894

TRABALHO DESPORTIVO

— Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998 — Institui normas gerais sobre desporto	1396
— Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013 — Regulamenta a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei n. 13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas	1729
— Resolução Normativa CNIG n. 16, de 12 de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência prévia, para realização de atividades artísticas ou desportivas, com contrato por prazo determinado, sem vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica sediada no país.....	1908
— Resolução Normativa CNIG n. 25, de 20 de fevereiro de 2018 — Disciplina a concessão de visto temporário a imigrante maior de quatorze e menor de dezoito anos para realização de atividades desportivas.....	1909
— Resolução CNIG n. 47, de 26 de maio de 2022 — Dispõe sobre a concessão de autorização de residência para fins de trabalho, com vínculo empregatício no Brasil, para o exercício de atividades desportivas.....	1912
— Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023 — Institui a Lei Geral do Esporte (excertos).....	1660
— Lei n. 14.614 de 3 de julho de 2023 — Altera a Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem	1666

COMBATE ÀS DIVERSAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO. DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

Normas gerais antidiscriminação no mundo do trabalho

Normas internacionais

- C100 — Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951)..... 128
- C111 — Convenção n. 111 — Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1958)..... 141

Norma nacional

- Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995 — Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho 1384

Discriminação no campo do ensino

- Convenção da UNESCO relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino (1960) 602
- Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. — Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” 1482

Discriminação por razões étnicas e de origem

Normas internacionais

- C019 — Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (1925)..... 115
- C118 — Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Matéria de Previdência Social (1962)... 146
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966)..... 620
- Declaração dos Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação Social para o Reforço da Paz e da Compreensão Internacionais, para a Promoção dos Direitos Humanos e para o Combate ao Racismo, ao Apartheid e ao Incitamento à Guerra (1978) 1025
- Declaração UNESCO sobre a Raça e os Preconceitos Raciais (1978) 1023
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990)..... 768
- Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (2013)..... 970

Norma da União Europeia

- Diretiva n. 2000/43/CE do Conselho de 29 de junho de 2000 que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica 1235

Normas nacionais

- Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951 — Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei Afonso Arinos) 1268
- Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor..... 1321
- Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002 — Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas..... 1690
- Decreto n. 4.738, de 12 de junho de 2003 — Promulga a Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1694
- Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 — Estatuto da Igualdade Racial..... 1494
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 — Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências 1524
- Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012 — Regulamenta a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio 1727
- Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014 — Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União..... 1548
- Decreto n. 9.427, de 28 de junho de 2018 — Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional..... 1777

- Lei n. 14.519, de 5 de janeiro de 2023 — Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé..... 1658
- Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023 — Altera a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público..... 1659
- Decreto n. 11.443, de 21 de março de 2023 — Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal 1845
- Decreto n. 11.447, de 21 de março de 2023 — Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor 1845

Discriminação por razões culturais

Normas internacionais

- Declaração da Assembleia Geral da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas na Religião ou na Convicção (1981) 1027
- Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992) 1043
- Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) 1080
- Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (2007)..... 1108

Discriminação por razões de gênero e identidade sexual

Normas internacionais

- C100 — Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Masculina e para a Mão de Obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor (1951)..... 128
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) 682
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1999) 831
- Princípios de Yogyakarta — Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (2006) 1092
- Princípios de Yogyakarta + 10 — Princípios e obrigações estatais adicionais sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e às características sexuais que complementam os Princípios de Yogyakarta (2017)..... 1100

Normas nacionais

- Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — Define os crimes de preconceito de raça ou de cor (STF enquadrando a homofobia e a transfobia como tipo penal definido na Lei n. 7.716/1989 até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria) 1321
- Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 — Estabelece normas para as eleições (excertos) 1394
- Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016 — Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional..... 1749
- Resolução CNJ n. 270 de 11.12.2018 — Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros 1863
- Resolução CNJ n. 348 de 13.10.2020 — Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente..... 1872
- Decreto n. 11.471, de 6 de abril de 2023 — Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras 1848
- Lei n. 14.611 de 3 de julho de 2023 — Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943..... 1665

Discriminação por questões de saúde

Norma internacional

- R200 — Recomendação n. 200 — Recomendação sobre o HIV e a AIDS e o Mundo do Trabalho (2010)..... 373

Normas nacionais

- Lei n. 12.984, de 2 de junho de 2014 — Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS 1547

- Lei n. 14.289, de 3 de janeiro de 2022 — Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975..... 1635

Promoção da tolerância

- Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos (1965) 1008
- Recomendação da UNESCO sobre a educação para a compreensão, cooperação e paz internacionais e a educação relativa aos direitos humanos e liberdades fundamentais (1974)..... 1016
- Declaração de Princípios sobre a Tolerância (1995) 1061
- Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. (2013)..... 970

Genocídio

- Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948) 545
- Lei n. 2.889, de 1º de outubro de 1956 — Define e pune o crime de genocídio 1269
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998)..... 810

AGÊNCIAS DE EMPREGO. TRABALHADORES DOMÉSTICOS E A DOMICÍLIO. TELETRABALHO

Agências de emprego

Normas internacionais

- C181 — Convenção n. 181 — Convenção Relativa às Agências de Emprego Privadas 329
- R188 — Recomendación sobre las agencias de empleo privadas, 1997 (núm. 188)..... 484

Norma nacional

- Lei n. 7.195, de 12 de junho de 1984 — Dispõe sobre a responsabilidade civil das Agências de Empregados Domésticos 1315

Trabalho a domicílio. Teletrabalho

Normas internacionais

- C177 — Convenio n. 177 — Convenio sobre el trabajo a domicilio, 1996 (n. 177) 328
- R184 — Recomendación sobre el trabajo a domicilio, 1996 (núm. 184) 482

Normas nacionais

- Resolução CNIG e MJSP n. 45, de 9 de setembro de 2021 — Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, cuja atividade profissional possa ser realizada de forma remota, denominado “nômade digital” 1911
- Lei n. 14.442, de 02 de setembro de 2022 — Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei do teletrabalho) 1654

Trabalho doméstico

Norma nacional

- Lei n. 7.195, de 12 de junho de 1984 — Dispõe sobre a responsabilidade civil das Agências de Empregados Domésticos 1315
- Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015 — Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico..... 1559

Normas internacionais

- C189 — Convenção n. 189 — Trabalho decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (2011)..... 276
- R201 — Recomendación n. 201 — Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (2011) 278; 376

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS. DEFESA DA LIVRE CONCORRÊNCIA LEAL

Normas internacionais

- Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883) (excertos) 513

— Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 — GATT (1994) (excertos).....	796
— Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (1998)	1073
— Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos — Princípios de Ruggie (2011)	1121
— Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social (versão atualizada em 2017 pela OIT)	79

Normas nacionais

— Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011 — Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.....	1510
— Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira	1533
— Decreto n. 9.571, de 21 de novembro de 2018 — Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos	1783
— Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019 — Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	1624
— Decreto n. 10.178, de 18 de dezembro de 2019 — Regulamenta dispositivos da Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019.....	1816
— Decreto n. 11.129, de 11 de julho de 2022 — Regulamenta a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.....	1836

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO, ÀS PRÁTICAS ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO E AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Normas internacionais

— Convenção sobre a Escravatura assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926, e emendada pelo Protocolo aberto à assinatura ou à aceitação na sede da Organização das Nações Unidas, Nova York, em 7 de dezembro de 1953	593
— C029 — Convenção n. 29 — Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930).....	116
— P029 — Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre Trabalho Forçado da OIT de 1930.....	346
— Convenção para a Repressão de Tráfico de Pessoas e do Lenocínio e seu protocolo final (1950)	587
— Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956).....	600
— C105 — Convenção n. 105 — Abolição do Trabalho Forçado (1957)	138
— Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994)	790
— Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998).....	810
— Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000) (Convenção de Palermo).....	835
— Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000).....	844
— Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000).....	846
— Acordo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul (2004)	910
— R203 — Recomendação n. 203 — Trabalho Forçado (Medidas Suplementares) (2014)	495
— Plano Regional do MERCOSUL para a prevenção e a erradicação do trabalho forçado e do tráfico de pessoas para fins de exploração trabalhista (2019).....	1169
— Principios Interamericanos sobre los derechos humanos de todas las personas migrantes, refugiadas, apátridas y las víctimas de la trata de personas — 2019	1169

Instrumentos de origem nacional

— Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea) — Declara extinta a escravidão no Brasil.....	1264
— Código Penal do Brasil (Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940) (excertos sobre trabalho escravo).....	1264
— Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990 — Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	1327
— Decreto n. 5.948, de 26 de outubro de 2006 — aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	1701
— Lei n. 11.948, de 16 de junho de 2009 — Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do BNDES.....	1490

— Lei n. 13.080, de 2 de janeiro de 2015 — Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências (excertos)	1558
— Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 4, de 11 de maio de 2016 — Dispõe sobre as regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.....	1943
— Lei n. 13.344, de 6 de outubro de 2016 — Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).....	1589
— Decreto n. 9.887, de 27 de junho de 2019 — Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.....	1811
— Portaria n. 87, de 23 de março de 2020, Ministério da Justiça e Segurança Pública — Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória	1951
— Portaria n. 3.484, de 6 de outubro de 2021 (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) — Torna público o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Brasil e fluxograma desenvolvido pelo CNMP	1946
— Recomendação Conjunta n.25/2022 do TST, CSJT e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho — Recomenda prioridade ao processamento e ao julgamento das ações em tramitação na Justiça do Trabalho que envolvam violência no trabalho; exploração do trabalho infantil; aprendizagem; preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação; assédio moral ou sexual; trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à de escravo.....	1888
— Resolução CODEFAT n. 957, de 21 de setembro de 2022 — Dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego	1898

Normas locais

— Lei n. 14.946, de 28.01.2013 — Lei do Estado de São Paulo que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas.....	1525
— Lei do Município de São Paulo, n. 16.606 de 29.12.2016 (sanções aplicáveis aos estabelecimentos do Município de São Paulo que, direta ou indiretamente, sejam responsabilizados pelas condutas que configurem redução de pessoa à condição análoga de escravo)...	1590

DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Normas internacionais

— R162 — Recomendación sobre los trabajadores de edad, 1980 (núm. 162).....	448
— Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015)	986

Normas nacionais

— Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. (excertos sobre Benefício de Prestação Continuada)	1377
— Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 — Dispõe sobre o Estatuto do Idoso	1425
— Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007 — Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n o 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999	1704
— Decreto n. 9.569, de 20 de novembro de 2018 — Regulamenta a Lei n. 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que institui o Fundo Nacional da Pessoa Idosa, e altera o Decreto n. 5.109, de 17 de junho de 2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.....	1782
— Decreto n. 9.921, de 18 de julho de 2019 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa	1812
— Resolução n. 67, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, de 8 de dezembro de 2022 — Estabelece diretrizes e parâmetros para a regulamentação do Art. 35 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda entidade de longa permanência, ou casa-lar, com a pessoa idosa abrigada, substituindo a Resolução CNDI n. 33/2017.....	1932
— Decreto n. 11.483, de 6 de abril de 2023 — Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa — CNDPI	1849
— Lei n. 14.583, de 16 de maio de 2023 — Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos	1660

INSPEÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

Normas internacionais

— C081 — Convenção n. 81 — Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio (1947).....	119
— C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969)	301
— C144 — Convenção n. 144 — Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho (1976)	188
— C160 — Convenção n. 160 — Estatísticas do Trabalho (1985)	169
— Condições mínimas do procedimento de inspeção do trabalho no MERCOSUL (2006)	1092
— Plano Regional de Inspeção do Trabalho do MERCOSUL (2009)	1115

Normas nacionais

— Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes	1363
— Decreto n. 4.552, de 27 de dezembro de 2002 — Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho	1691
— Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 — Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (excertos).....	1470
— Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021 — Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018	1818

JORNADA E DURAÇÃO DO TRABALHO. LIMITES À DURAÇÃO DO TRABALHO

Normas internacionais

— C014 — Convenção n. 14 — Repouso Semanal na Indústria (1921)	114
— C089 — Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948)	124
— C106 — Convenção n. 106 — Repouso Semanal no Comércio e nos Escritórios (1957)	139
— C132 — Convenção n. 132 — Férias Anuais Remuneradas (1970)	201
— C140 — Convenção n. 140 — Licença Remunerada de Estudos (1974).....	181
— C171 -Convenção n. 171 — Trabalho Noturno (1990)	212
— C175 — Convenção n. 175 — Trabalho a Tempo Parcial	325

Normas nacionais

— Lei n. 605, de 05.01.1949 — Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	1267
— Lei n. 4.923, de 23 de dezembro de 1965. — Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados.....	1273
— Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000 — Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.....	1417
— Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021 — Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018	1818

MEIO AMBIENTE. MEIO AMBIENTE LABORAL. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Normas gerais sobre proteção do meio ambiente

— Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano — Declaração de Estocolmo (1972)	1015
— Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 — Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação	1306
— Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)	1042
— Declaración de Nueva Delhi de la Asociación de Derecho Internacional acerca de los Principios del Derecho Internacional relativos al Desarrollo Sostenible (2002)	1084

— Principios marco sobre los derechos humanos y el medio ambiente (2018).....	1155
— Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (2018).....	992
— Resolución da Assembleia Geral da ONU A/76/L.75: El derecho humano a un medio ambiente limpio, saludable y sostenible (2022).....	1192

Principais instrumentos da OIT (convenções, protocolos e recomendações) sobre saúde e segurança no trabalho

Tratados internacionais

— C045 — Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas, 1935.....	100
— C081 — Convenção n. 81 da OIT concernente à inspeção do trabalho na indústria e no comércio.....	119
— P081 — Protocolo n. 081 — Protocolo de 1995 relativo al Convenio sobre la inspección del trabajo, 1947	327
— C115 — Convenção n. 115 — Convenção de Proteção contra Radiação, 1960	142
— C119 — Convenção n. 119 — Proteção das Máquinas, 1963	176
— C120 — Convenção n. 120 — Convenção de Higiene (Comércio e Escritórios), 1964.....	148
— C121 — Convenio n. 121 — Convenio sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 [Cuadro I modificado en 1980].....	288
— C127 — Convenção n. 127 — Peso Máximo das Cargas, 1967	150
— C129 — Convenção n. 129 — Convenção de Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969.....	301
— C136 — Convenção n. 136 — Convenção sobre Benzeno, 1971	172
— C139 — Convenção n. 139 — Prevenção e Controle de Riscos Profissionais Causados por Substâncias ou Agentes Cancerígenos, 1974.....	168
— C148 — Convenção n. 148 — Convenção sobre Meio Ambiente de Trabalho (Poluição do Ar, Ruído e Vibração), 1977	155
— C152 — Convenção n. 152 — Convenção de Segurança e Saúde Ocupacional (Trabalho portuário), 1979.....	157
— C155 — Convenção n. 155 — Convenção de Segurança e Saúde Ocupacional, 1981	173
— Protocolo de 2002 à Convenção de Saúde e Segurança Ocupacional, 1981 (C155).....	336
— C161 — Convenção n. 161 — Convenção sobre Serviços de Saúde Ocupacional, 1985.....	164
— C162 — Convenção n. 162 — Convenção do Amianto, 1986	161
— C167 — Convenção n. 167 — Convenção sobre Segurança e Saúde na Construção, 1988.....	222
— C170 — Convenção n. 170 — Convenção de Produtos Químicos, 1990	189
— C174 — Convenção n. 174 — Convenção de Prevenção de Acidentes Industriais Graves, 1993	206
— C176 — Convenção n. 176 — Convenção de Segurança e Saúde em Minas, 1995	217
— C184 — Convenção n. 184 — Convenção sobre Segurança e Saúde na Agricultura, 2001	332
— C187 — Convenção n. 187 — Convenção sobre o quadro promocional para a segurança e saúde no trabalho (2006).....	335

Recomendações da OIT

— R081 — Recomendación sobre la inspección del trabajo, 1947 (núm. 81).....	392
— R082 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (minas y transporte), 1947 (núm. 82).....	393
— R097 — Recomendación sobre la protección de la salud de los trabajadores, 1953 (núm. 97)	401
— R102 — Recomendación sobre los servicios sociales, 1956 (núm. 102)	405
— R114 — Recomendación sobre la protección contra las radiaciones, 1960 (núm. 114)	413
— R115 — Recomendación sobre la vivienda de los trabajadores, 1961 (núm. 115)	414
— R120 — Recomendación sobre la higiene (comercio y oficinas), 1964 (núm. 120)	419
— R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121).....	423
— R133 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (núm. 133)	432
— R147 — Recomendación sobre el cáncer profesional, 1974 (núm. 147)	435

— R156 — Recomendación sobre el medio ambiente de trabajo (contaminación del aire, ruido y vibraciones), 1977 (núm. 156)	439
— R160 — Recomendación sobre seguridad e higiene (trabajos portuarios), 1979 (núm. 160).....	447
— R164 — Recomendación sobre seguridad y salud de los trabajadores, 1981 (núm. 164).....	451
— R171 — Recomendación sobre los servicios de salud en el trabajo, 1985 (núm. 171).....	468
— R172 — Recomendación sobre el asbesto, 1986 (núm. 172)	471
— R175 — Recomendação de Segurança e Saúde na Construção, 1988	225; 358
— R177 — Recomendación sobre los productos químicos, 1990 (núm. 177)	475
— R181 — Recomendação de Prevenção de Acidentes Industriais Graves, 1993	209; 360
— R183 — Recomendação de Segurança e Saúde em Minas, 1995	219; 361
— R192 — Recomendação de Segurança e Saúde na Agricultura, 2001	364
— R194 — Recomendación sobre la lista de enfermedades profesionales, 2002 (núm. 194)	488
Acidentes de Trabalho. Doenças ocupacionais	
— C012 — Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura	113
— C019 — Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho	115
— C042 — Convenção n. 42 — Indenização por Moléstia Profissional	98
— R121 — Recomendación sobre las prestaciones en caso de accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, 1964 (núm. 121).....	423
— C174 — Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores	206
— R181 — Recomendação n. 181 — Sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	209; 360
— R192 — Recomendação n. 192 — Recomendação sobre a Segurança e Saúde na Agricultura	364
— R194 — Recomendación sobre la lista de enfermedades profesionales, 2002 (núm. 194)	488
Câncer ocupacional	
— C139 — Convenção n. 139 — Prevenção e Controle de Riscos Profissionais Causados por Substâncias ou Agentes Cancerígenos	168
— R147 — Recomendación sobre el cáncer profesional, 1974	435
Bioética e direitos humanos	
— Código de Nuremberg — Tribunal Internacional de Nuremberg (1947).....	510
— Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos (1997).....	1062
— Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2006)	1089
Construção	
C167 — Convenção n. 167 — Convenção sobre a Segurança e Saúde na Construção	222
Ar. Poluição	
— C148 — Convenção n. 148 — Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações.....	155
— R156 — Recomendación sobre el medio ambiente de trabajo (contaminación del aire, ruido y vibraciones), 1977	439
Crises sanitárias. Coronavírus	
— Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (2005)	919
— Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020 — Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis ns. 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991	1630

— Lei n. 14.297, de 5 de janeiro de 2022 — Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19.....	1635
Mineração	
— C176 — Convenção n. 176 — Convenção sobre segurança e saúde nas minas	217
Minérios. Amianto	
— C162 — Convenção n. 162 da OIT sobre a utilização do asbesto com segurança.....	161
— R172 — Recomendación sobre el asbesto, 1986 (núm. 172)	471
— Lei n. 9.055, de 1º de junho de 1995 — Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/ amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim.....	1385
— Decreto n. 2.350, de 15 de outubro de 1997 — Regulamenta a Lei n. 9.055, de 1º de junho de 1995.....	1677
Químicos. Instrumentos gerais sobre segurança química	
— C170 — Convenção n. 170 — Segurança no Trabalho com Produtos Químicos.....	189
— R177 — Recomendación sobre los productos químicos, 1990	475
— C174 — Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	206
— R181 — Recomendación sobre la prevención de accidentes industriales mayores, 1993	209; 360
— Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (Convenção de Roterdã, 1998)	803
— Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (2001).....	860
Químicos. Agricultura e Agrotóxicos	
— C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura.....	301
— R133 — Recomendación sobre la inspección del trabajo (agricultura), 1969 (núm. 133)	432
— C184 — Convenção n. 184 — Convenção sobre a segurança e a saúde na agricultura	332
— Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (1998)	803
— Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 — Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos.....	1323
— Instrução Normativa n. 2, de 3 de janeiro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — Aprova as normas de trabalho da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para aeronaves agrícolas, pistas de pouso, equipamentos, produtos químicos, operadores aeroagrícolas e entidades de ensino, objetivando a proteção às pessoas, bens e ao meio ambiente, por meio da redução de riscos oriundos do emprego de produtos de defesa agropecuária	1935
Químicos. Benzeno	
— C136 — Convenção n. 136 — Convenção sobre a proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno.....	172
Químicos. Mercúrio	
— Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2013)	972
Radiações	
— C115 — Convenção n. 115 — Convenção sobre proteção contra as radiações	142
Resíduos sólidos. Resíduos perigosos	
— Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basileia, 1989)	759

— Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 — Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos	1498
— Decreto n. 10.936, de 12 de janeiro de 2022 — Regulamenta a Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	1829
— Resolução CONAMA n. 452 de 02.07.2012 — Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.....	1918

Tabaco. Produtos fumígenos

— Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (2003)	889
— Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996 — Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.....	1386
— Decreto n. 2.018, de 1º de outubro de 1996 — Regulamenta a Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição	1675

DIREITOS DOS MIGRANTES

Migrantes em sentido amplo

Normas internacionais

— C097 — Convenção n. 97 — Trabalhadores Migrantes (1949)	132
— R086 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes (revisado), 1949 (núm. 86)	395
— C143 — Convenção n. 143 — Convenção Sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (1975)	310
— R151 — Recomendación sobre los trabajadores migrantes, 1975 (núm. 151)	436
— Declaração sobre os direitos humanos dos indivíduos que não são nacionais do país em que vivem (1985).....	1028
— Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990).....	768
— Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000).....	846
— Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003	895
— Acordo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul (2004)	910
— Plano para facilitar a circulação de trabalhadores no MERCOSUL (2015).....	1149
— Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular — Resolução da Assembleia Geral da ONU 73/195 (2018).....	1156
— Principios Interamericanos sobre Los Derechos Humanos de Todas las Personas Migrantes, Refugiadas, Apátridas y Las Víctimas de la Trata de Personas (2019)	1169
— Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2021)	997

Normas nacionais

— Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009 — Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências	1491
— Decreto n. 6.893, de 2 de julho de 2009 — Regulamenta a Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional	1717
— Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 — Institui a Lei de Migração.....	1593
— Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017 — Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.....	1754
— Portaria n. 87, de 23 de março de 2020, Ministério da Justiça e Segurança Pública — Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória	1951

Apátridas

- Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954) 593
- Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961) 603

Asilo

- Convenção sobre Asilo Territorial (1954) 598
- Declaração da ONU sobre Asilo Territorial (1967) 1014

Refúgio

Normas internacionais e regionais

- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) 589
- Protocolo à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1967) 631
- Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (1969) 1194
- Convenção da Organização da União Africana sobre a proteção e assistência às pessoas deslocadas internamente em África — Convenção de Kampala (2009)..... 1199
- Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional dos Refugiados (2012)..... 1126

Normas nacionais

- Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997 — Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 1391
- Decreto n. 9.277, de 5 de fevereiro de 2018 — Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório 1776
- Lei n. 13.684, de 21 de junho de 2018 — Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária..... 1608
- Resolução Conjunta n. 1, de 9 de outubro de 2018 — Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, a solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)..... 1910
- Portaria Interministerial MJSP/MRE n. 19, de 23 de março de 2021 — Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados..... 1952
- Portaria Interministerial MJSP/MRE n. 24, de 3 de setembro de 2021 — Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão..... 1953
- Portaria Interministerial MJSP/MRE n. 36, de 13 de março de 2023 — Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia. 1955
- Portaria Interministerial MJSP/ MRE n. 37, de 30 de março de 2023 — Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção, por desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti. 1956
- Portaria Interministerial MJSP/ MRE n. 38, de 10 de abril de 2023 — Dispõe sobre a concessão de autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar para nacionais haitianos e apátridas, com vínculos familiares no Brasil..... 1957

Religiosos — atividades religiosas

- Resolução Normativa CNIg n. 14, de 12 de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prática de atividades religiosas..... 1907

DIREITOS DAS MULHERES

Normas internacionais

- Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)..... 510

— C045 — Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas (1935).....	100
— Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Políticos a Mulher (1948)	547
— Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Cíveis a Mulher (1948)	546
— C089 — Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948)	124
— C100 — Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951).....	128
— C103 — Convenção n. 103 — Amparo à Maternidade (1952).....	136
— Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979)	682
— R165 — Recomendación sobre los trabajadores con responsabilidades familiares, 1981 (núm. 165).....	356
— C156 — Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família (1981)	315
— Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará (1994)	792
— Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1999)	831
— Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000).....	844
— R191 — Recomendación n. 191 — Recomendación sobre la protección de la maternidad (2000)	487
— Acordo sobre o reconhecimento mútuo de medidas de proteção às mulheres em situações de violência de gênero entre Estados Partes do MERCOSUL e Estados associados (2022).....	1000

Normas nacionais

— Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 — Lei Maria da Penha — Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal	1461
— Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008. — Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.	1487
— Resolução CNJ n. 254 de 04.09.2018 — Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências	1861
— Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente	1786
— Portaria Conjunta INSS n. 28, de 19 de março de 2021 — Comunica cumprimento de decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.327, o Supremo Tribunal Federal — STF que determinou a prorrogação do benefício de Salário-Maternidade quando, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e/ou do recém nascido.....	1933
— Recomendação CNJ n. 128 de 15.02.2022 — Recomenda a adoção do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.....	1882
— Lei n. 14.457, de 21 de setembro de 2022 — Institui o Programa Emprega + Mulheres	1655
— Decreto n. 11.430, de 8 de março de 2023 — Regulamenta a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	1844
— Decreto n. 11.431, de 8 de março de 2023 — Institui o Programa Mulher Viver sem Violência.	1843
— Decreto n. 11.452, de 22 de março de 2023 Institui o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais e o seu Comitê Gestor.	1847
— Lei n. 14.540, de 03.04.2023 — Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal....	1659

- Lei n. 14.542, de 03.04.2023 — Altera a Lei n. 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine)..... 1660
- Resolução CNJ n. 497 de 14.04.2023 — Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade..... 1893
- Lei n. 14.583, de 16 de maio de 2023 — Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos 1660
- Lei n. 14.614 de 3 de julho de 2023 — Altera a Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem 1666

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Normas Internacionais

- C159 — Convenção n. 159 da OIT — Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (1983)..... 166
- Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993)..... 1053
- Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala, 1999)..... 830
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) (aprovada conforme o procedimento disciplinado pelo § 3º do art. 5º, da Constituição Federal de 1988) 947
- Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) — (aprovado conforme o procedimento disciplinado pelo § 3º do art. 5º, da Constituição Federal de 1988)..... 955
- Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso (2013) — (aprovado conforme o procedimento disciplinado pelo § 3º do art. 5º, da Constituição Federal de 1988)..... 983

Normas Nacionais

- Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 — Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência..... 1325
- Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 — Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência 1684
- Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 — Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (excertos) 1369
- Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 — Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social (excertos)..... 1369
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 — Dispõe sobre a organização da Assistência Social (excertos sobre Benefício de Prestação Continuada — art. 20 e ss.)..... 1377
- Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 — Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida..... 1418
- Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 — Regulamenta as Leis ns. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida..... 1694
- Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001 — Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental..... 1423
- Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007 — Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. 1704
- Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 1524
- Decreto n. 8.368, de 2 de dezembro de 2014 — Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista 1744
- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)..... 1566

- Decreto n. 9.451, de 26 de julho de 2018 — Regulamenta o art. 58 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Estatuto da Pessoa com Deficiência (disciplina a acessibilidade em projetos e edificações de uso privado multifamiliar)..... 1779
- Lei n. 13.985, de 7 de abril de 2020 — Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC)..... 1629
- Resolução CNMP n. 237, de 13 de setembro de 2021 — Institui condições especiais de trabalho para membros(as) e servidores(as) do Ministério Público que se enquadrem na condição de pessoa com deficiência ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição 1879

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Normas internacionais

- C169 — Convenção n. 169 — Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) 214
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) 1106
- Declaração de Friburgo sobre direitos culturais (2007)..... 1108
- Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016)..... 1151

Normas nacionais

- Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 — Estatuto do Índio..... 1300
- Lei n. 11.645, de 10 março de 2008. — Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”..... 1482
- Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016 — Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. 1749
- Resolução CNJ n. 287 de 25.06.2019 — Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito 1865
- Resolução CNMP n. 230, de 8 de junho de 2021 — Disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais. 1875
- Resolução CNJ n. 453 de 22.04.2022 — Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. 1884
- Resolução CNJ n. 454 de 22.04.2022 — Estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas. 1885

DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Normas internacionais

- Regras de Beijing — Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (1985) — Res. AGONU 40/33..... 1029
- Princípios e Boas Práticas para a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas (aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2008). 1111
- Regras de Bangkok — Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (2010)..... 1116
- Regras de Nelson Mandela — Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (versão revista em 2015) 1130

Normas nacionais

- Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 — Institui a Lei de Execução Penal (excertos) 1315
- Decreto n. 9.450, de 24 de julho de 2018 — Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do *caput* do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal 1777

PROFESSORES

— Convenção da UNESCO relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino (1960)	602
— Recomendação relativa à condição dos professores (UNESCO-OIT, 1966)	1009
— Recomendação concernente ao pessoal docente do ensino superior (UNESCO, 1997)	1068
— Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados Partes do Mercosul (2006)	947

PROTEÇÃO SOCIAL E PREVIDENCIÁRIA

— C102 — Convenção n. 102 — Normas Mínimas da Seguridade Social (1952).....	237
— C117 — Convenção n. 117 — Objetivos e Normas Básicas da Política Social (1962)	144
— C118 — Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Matéria de Previdência Social (1962) ...	146
— C128 — Convenção n. 128 — Prestações de Invalidez, Velhice e Sobreviventes (1967)	296
— C157 — Convenção n. 157 — Preservação dos Direitos em Matéria de Seguridade Social (1982).....	316
— Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo para a Aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul (1997)	800
— R202 — Recomendación sobre los pisos de protección social, 2012 (núm. 202)	493

DIREITOS DO TRABALHADOR RURAL

Normas internacionais

— C011 — Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921)	112
— C012 — Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura (1921)	113
— C099 — Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura (1951)	127
— C129 — Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969)	301
— C141 — Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975)	183
— R192 — Recomendación n. 192 — Recomendación sobre a Segurança e Saúde na Agricultura (2001).....	364

Normas nacionais

— Decreto-lei n. 917, de 7 de outubro de 1969. Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no País	1289
— Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973 — Estatuí normas reguladoras do trabalho rural	1299
— Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 — Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos.....	1323
— Lei n. 10.256, de 9 de julho de 2001 — Altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997	1424
— Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008 — Acrescenta artigo à Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo.....	1484
— Decreto n. 7.943, de 5 de março de 2013 — Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.....	1728
— Lei n. 12.870, de 15 de outubro de 2013 — Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.....	1543
— Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021 — Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018.	1818
— Decreto n. 11.452, de 22 de março de 2023 Institui o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais e o seu Comitê Gestor.	1847

PROTEÇÃO DO SALÁRIO E DO EMPREGO

Normas internacionais — Proteção do emprego

— C088 — Convenção n. 88 — Organização do Serviço de Emprego (1948).....	122
--	-----

— C122 — Convenção n. 122 — Política de Emprego (1964).....	149
— C142 — Convenção n. 142 — Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975).....	157
— C158 — Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador (1982).....	321
— C168 — Convenção n. 168 — Promoção do Emprego e Proteção Contra o Desemprego (1988).....	196
— R198 — Recomendación sobre la relación de trabajo, 2006 (núm. 198).....	492
— R204 — Recomendación sobre la transición de la economía informal a la economía formal, 2015 (núm. 204).....	497
— R205 — Recomendación sobre el empleo y el trabajo decente para la paz y la resiliencia, 2017 (núm. 205).....	500

Normas internacionais — Proteção do salário

— C026 — Convenção n. 26 — Métodos de Fixação de Salários Mínimos (1928).....	115
— C094 — Convenção n. 94 — Convenção sobre as cláusulas de trabalho nos contratos firmados por uma autoridade pública (1949).....	131
— C095 — Convenção n. 95 — Proteção do Salário (1949).....	125
— C099 — Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário-Mínimo na Agricultura (1951).....	127
— C131 — Convenção n. 131 — Fixação de Salários Mínimos, Especialmente nos Países em Desenvolvimento (1970).....	154
— C173 — Convenção n. 173 — Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador (1992).....	324
— R180 — Recomendación sobre la protección de los créditos laborales en caso de insolvencia del empleador, 1992 (núm. 180).....	480

Normas nacionais sobre proteção do emprego e salário

— Lei n. 4.923, de 23 de dezembro de 1965 — Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados.....	1273
— Decreto-lei n. 368, de 19 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre Efeitos de Débitos Salariais.....	1288
— Lei n. 5.725, de 27 de outubro de 1971 — Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação.	1290
— Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003 — Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.....	1432
— Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 — Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....	1434
— Lei n. 13.189, de 19 de novembro de 2015 — Institui o Programa Seguro-Emprego — PSE.....	1578
— Lei n. 13.667, de 17 de maio de 2018 — Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto n. 76.403, de 8 de outubro de 1975.....	1606
— Lei n. 14.437, de 15 de agosto de 2022 — Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal.....	1649

QUESTÕES SINDICAIS. NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Normas internacionais

— C011 — Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921).....	112
— C087 — Convenção n. 87 — Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (1948).....	287
— C098 — Convenção n. 98 — Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva (1949).....	107
— C135 — Convenção n. 135 — Proteção de Representantes de Trabalhadores (1971).....	167
— C141 — Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975).....	183
— C151 — Convenção n. 151 — Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública (1978).....	228
— R159 — Recomendación n. 159 sobre Relaciones de Trabajo na Administración Pública (1978).....	230; 356
— C154 — Convenção n. 154 — Fomento à Negociação Coletiva (1981).....	177

— C158 — Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador	321
— Procedimientos especiales de la Organización Internacional del Trabajo para el examen de quejas por violaciones al ejercicio de la libertad sindical	68

Normas nacionais

— Lei n. 4.725, de 13 de julho de 1965 — Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos.....	1271
— Lei n. 7.701, de 21 de dezembro de 1988 — Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos.....	1319
— Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989 — Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.....	1322
— Lei n. 8.984, de 7 de fevereiro de 1995 — Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da CF)	1380
— Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 — Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real.....	1422
— Lei n. 11.648, de 31 março de 2008 — Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1483
— Decreto n. 11.411, de 8 de fevereiro de 2023 — Regulamenta a licença para o desempenho de mandato classista de que trata o art. 92 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.....	1842

NOVAS TECNOLOGIAS. INTERNET

Normas internacionais

— Convenção sobre o Crime Cibernético (2001)	853
— Recomendación UNESCO sobre la Ética de la Inteligencia Artificial (2021)	1181

Normas nacionais

— Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 — Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.....	1477
— Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 — Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet).....	1543
— Decreto n. 8.771, de 11 de maio de 2016 — Regulamenta a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.....	1752
— Lei n. 13.640, de 26 de março de 2018. (Lei do transporte por aplicativos) — Altera a Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.....	1605
— Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	1609
— Lei n. 14.132, de 31 de março de 2021 (Lei que criminaliza o stalking e o cyberstalking) — Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).....	1634
— Lei n. 14.382, de 27 de junho de 2022 — Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis ns. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei n. 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis ns. 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.....	1641
— Lei n. 14.442, de 2 de setembro de 2022 (Lei do Teletrabalho) — Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.....	1654
— Portaria do Ministro n. 351/2023 (Ministério da Justiça e Segurança Pública) — Dispõe sobre medidas administradas a serem adotadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança, para fins de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais	1959

TERCEIRIZAÇÃO

Normas internacionais

- R205 — Recomendación sobre el empleo y el trabajo decente para la paz y la resiliencia, 2017 (núm. 205)..... 500
- R198 — Recomendación sobre la relación de trabajo, 2006 (núm. 198)..... 492

Normas nacionais

- Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa..... 1275
- Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974 — Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas 1303
- Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983 — Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros..... 1314
- Decreto n. 89.056, de 24 de novembro de 1983. — Regulamenta a Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores”..... 1669
- Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993 — Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal 1378
- Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 — Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal..... 1380
- Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997 — Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 (excertos) 1391
- Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998 — Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais..... 1408
- Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999 — Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria 1412
- Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999 — Regulamenta a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria 1681
- Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005 — Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação — REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras — RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica (...) — (excertos sobre prestação de serviços intelectuais) 1460
- Lei n. 11.350, de 5 de outubro de 2006 — Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional n. 51, de 14 de fevereiro de 2006..... 1465
- Lei n. 11.442, de 5 de janeiro de 2007 — Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei n. 6.813, de 10 de julho de 1980..... 1479
- Lei n. 12.592, de 18 de janeiro de 2012 — Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador..... 1521
- Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 — Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis ns. 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999..... 1548
- Lei n. 13.288, de 16 de maio de 2016 — Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores..... 1586
- Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018 — Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União 1780
- Lei n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019 — Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis ns. 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009 1617

- Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021 — Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018. 1818

PODER JUDICIÁRIO. MINISTÉRIO PÚBLICO. INSTITUIÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

Ministério Público

- Directrices sobre la función de los fiscales (ONU, 1990) 1037
- Princípios relativos ao estatuto das instituições nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos — Princípios de Paris (1993) 1052
- Decreto n. 9.830, de 10 de junho de 2019 — Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. 1809
- Lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019 — Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei n. 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)... 1621
- Recomendação CNMP n. 96, de 28 de fevereiro de 2023 — Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos..... 1890
- Código de Ética do Ministério Público brasileiro (2023) — aprovado por meio da Resolução CNMP n. 261, de 11 de abril de 2023 1891
- Resolução CNMP n. 262, de 30 de maio de 2023 — Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro..... 1896

Poder Judiciário

- Princípios de Bangalore de conduta judicial (2002) 1086
- Decreto n. 9.830, de 10 de junho de 2019 — Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro..... 1809
- Lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019 — Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei n. 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)... 1621
- Diretrizes de caráter não obrigatório para o uso das mídias sociais pelos juízes — Rede Global de Integridade Judicial e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2020)..... 1180
- Resolução CNJ n. 364 de 12.01.2021 — Dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça..... 1874
- Recomendação CNJ n. 123, de 7 de janeiro do 2022 — Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos 1881

NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Normas gerais e especiais sobre processo coletivo

- Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965 — Regula a ação popular 1269
- Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 — Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado)..... 1316
- Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 — Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes..... 1325
- Lei n. 7.913, de 7 de dezembro de 1989 — Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários (alterada em 2021)..... 1327
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 — Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente 1330
- Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 — Dispõe sobre a proteção do consumidor..... 1354

— Decreto n. 1.306, de 9 de novembro de 1994 — Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20 da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, seu conselho gestor	1674
— Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 — Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa	1425
— Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 — Lei Maria da Penha: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1461
— Resolução Conjunta n. 2 do CNJ e CNMP, de 21.06.2011 — Institui os cadastros nacionais de informações de ações coletivas, inquéritos e termos de ajustamento de conduta.....	1852
— Recomendação CNJ n. 76 de 08.09.2020 — Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário	1871

Controle de constitucionalidade

— Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	1414
— Lei n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal	1416
— Lei n. 13.300, de 23 de junho de 2016 — Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo	1588

Mandado de segurança

— Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009 — Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo	1493
---	------

Mediação e autocomposição

— Resolução CNMP N. 118, de 1º de dezembro de 2014 — Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público.....	1852
— Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015 — Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997	1563
— Resolução CSJT N. 174, de 30 de setembro de 2016 — Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista	1854
— Resolução CSMPT n. 157, de 28 de agosto de 2018 — Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição — NUPIA e define diretrizes para a implementação da Política Nacional de Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Trabalho.....	1859

Poder Público em Juízo

— Decreto-Lei n. 779, de 21.08.1969 — Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica	1290
— Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992 — Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público	1375
— Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997 — Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985	1393
— Lei n. 14.341, de 18 de maio de 2022 — Dispõe sobre a Associação de Representação de Municípios; e altera a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).....	1636

Processo coletivo trabalhista

— Lei n. 4.725, de 13 de julho de 1965 — Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos.....	1271
— Decreto-Lei n. 779, de 21.08.1969 — Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica	1290
— Lei n. 7.701, de 21 de dezembro de 1988 — Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos	1319
— Lei n. 8.984, de 07.02.1995 — Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).....	1380
— Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 — Complementares ao Plano Real	1422

ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Normas internacionais

- Convenção Interamericana contra a Corrupção (1996) 797
- Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003) — Convenção de Mérida..... 897

Normas nacionais

- Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 — Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal 1370
- Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira 1533
- Resolução Conjunta n. 6 do CNJ e TSE, de 21.05.2020 — Institui sistemática unificada para o envio, no âmbito do Poder Judiciário, de informações referentes a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem no gozo dos direitos políticos, estabelecendo, ainda, o compartilhamento dessas informações entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral..... 1870
- Decreto n. 11.129, de 11 de julho de 2022 — Regulamenta a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira..... 1836

DIVISÃO INTERNA DO MIOLO DA OBRA

- Instrumentos Históricos e Fundamentais da OIT..... 63
- Convenções da OIT Ratificadas pelo Brasil, incluídas aquelas que perderam vigor internacional recentemente 88
- Lista de Convenções Denunciadas pelo Brasil, Revogadas após Ratificação pelo Brasil ou Ratificadas pelo Brasil, mas sem Vigor Internacional..... 282 e 283
- Convenções e Protocolos da OIT não Ratificados pelo Brasil. Convenções Denunciadas pelo Brasil que Apresentam Interesse Atual..... 284
- Recomendações Atualizadas da OIT em Português..... 350
- Recomendações da OIT em Espanhol 379
- Documentos Históricos — Proteção dos Direitos Humanos 507
- Tratados (convenções, pactos, protocolos) internacionais em língua portuguesa..... 512
- Instrumentos de Direito Internacional não vinculantes..... 1004
- Seleção de instrumentos internacionais do Sistema Africano de Proteção dos Direitos Humanos..... 1194
- Seleção de instrumentos europeus de proteção dos direitos humanos (União Europeia e Conselho da Europa) 1204
- Regulamentos dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos..... 1238
- Leis. Decretos-Leis..... 1260
- Decretos 1667
- Resoluções, recomendações de órgãos do Sistema de Justiça (e.g. CNJ. CNMP. CSJT. MPT)..... 1851
- Normas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) 1898
- Normas do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) 1905
- Normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)..... 1918
- Normas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) 1922
- Normas do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa 1932
- Normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) 1933
- Normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) 1935
- Normas do Ministério do Trabalho..... 1943
- Normas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 1946
- Portarias do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e portarias conjuntas do MJSP com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) 1951